

PAULA MANUELA FERREIRA PINTO VIEIRA

DA 1ª À 2ª VERSÃO DA TLEBS

***Análise comparativa das duas versões da TLEBS nas áreas da
Semântica e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e
Linguística Textual***

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses
Multidisciplinares

Orientador:
Professor Doutor Paulo Nunes da Silva

UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa, Dezembro de 2010

Resumo

O objectivo principal desta dissertação é o de comparar as duas versões da Nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS) nas áreas da Semântica e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual.

A 1ª versão da TLEBS foi introduzida pela portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro, para substituir a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, adoptada pela portaria n.º 22664/1967, de 28 de Abril. A 1ª versão foi objecto de revisão, dando origem à 2ª versão da TLEBS, introduzida pela portaria nº476/2007, de 18 de Abril.

Pretendemos analisar comparativamente as duas versões da TLEBS, nas áreas em estudo, no que respeita aos domínios, subdomínios e itens; aos conceitos; às definições; aos exemplos e às notas explicativas, estabelecendo a articulação das alterações com os Programas de Português para os Ensinos Básico e Secundário.

O tema que se pretende estudar pode ser perspectivado como uma tentativa de dar resposta à pergunta: o que é que mudou da 1ª para a 2ª versão da TLEBS nas áreas da Semântica e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual?

A TLEBS constitui um documento estruturante e uma área de referência para os professores de Português. Nesse sentido, acreditamos que os resultados desta investigação serão benéficos para o trabalho dos docentes na implementação da Nova Terminologia Linguística, prevista para o ano lectivo de 2011/2012.

Palavras-chave: TLEBS; Português; Semântica; Análise do Discurso; Retórica; Pragmática; Linguística Textual.

Abstract

The main goal of this dissertation is to compare the two versions of the New Terminology for the Primary and Secondary Education (TLEBS) in the fields of Semantics, Discourse Analysis, Rhetoric, Pragmatics and Text Linguistics.

The 1st version of the TLEBS was introduced by decree no. 1488/2004, of December 24th, to replace the Portuguese Grammatical Nomenclature, adopted by decree no. 22664/1967, of April 28th. The 1st version was reviewed, leading to the 2nd version of the TLEBS, introduced by decree no. 476/2007, of April 18th.

We aim at comparing these two documents, regarding the above mentioned fields, in what concerns the domains, subdomains and items; the concepts; the definitions; the examples and the notes, linking these changes with the Portuguese Programs for the Primary and Secondary Education.

The theme we propose can be viewed as an attempt to answer the following question: What has changed from the 1st version to the 2nd version of the TLEBS in the fields of Semantics, Discourse Analysis, Rhetoric, Pragmatics and Text Linguistics?

TLEBS is a document of special relevance and reference for Portuguese language Teachers. Therefore, we believe that the results of this research will contribute to the work developed by the teachers in implementing the new terminology, planned to take place in the next academic year 2011/2012.

Key words: TLEBS; Portuguese language; Semantics; Discourse Analysis; Rhetoric; Pragmatics; Text Linguistics.

Índice

Resumo	III
Abstract.....	IV
Índice	V
Índice de quadros.....	VII
INTRODUÇÃO	1
BREVE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA TLEBS	5
CAPÍTULO I	9
DOMÍNIOS, SUBDOMÍNIOS E ITENS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS	9
1.1. Lexicologia.....	13
1.2. Semântica	14
1.3. Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual	16
1.4. Conclusões.....	18
CAPÍTULO II.....	19
OS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS.....	19
2.1. Lexicologia	26
2.2. Semântica	28
2.3. Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual	37
2.4. Conclusões.....	41

CAPÍTULO III	45
DEFINIÇÕES DOS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS.....	45
3.1. Lexicologia	46
3.2. Semântica	49
3.3. Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual	54
3.4. Conclusões.....	63
CAPÍTULO IV.....	65
EXEMPLIFICAÇÃO DOS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS ...	65
4.1. Lexicologia	66
4.2. Semântica	67
4.3. Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual	73
4.4. Conclusões.....	76
CAPÍTULO V	79
AS DUAS VERSÕES DA TLEBS EM ARTICULAÇÃO COM OS PROGRAMAS DE PORTUGUÊS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	79
5.1. Breve apresentação dos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário	81
5.2. Lexicologia	82
5.3. Semântica	84
5.4. Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual	86
5.5. Conclusões.....	91
CONCLUSÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA	101

Índice de quadros

Quadro 1	11
DOMÍNIOS, SUBDOMÍNIOS E ITENS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS	11
Quadro 2	21
OS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS NA ÁREA DA SEMÂNTICA	
Quadro 3	32
OS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS	32

INTRODUÇÃO

Com esta investigação pretendemos proceder a uma análise comparativa entre as duas versões da Nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, nas áreas da Semântica e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual.

A razão de ser da escolha do tema para esta dissertação encontra-se, pois, essencialmente, na necessidade de aprofundar o estudo sobre a Nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, área de referência para as práticas pedagógicas dos Professores de Língua Portuguesa. Acreditamos que os resultados desta investigação serão benéficos para o trabalho dos docentes na implementação da Nova Terminologia Linguística, prevista para o ano lectivo de 2011/2012.

A selecção dos dois domínios em que iremos incidir a nossa análise deve-se ao facto de se tratar de áreas científicas que conheceram um desenvolvimento considerável em termos de investigação ao longo das últimas décadas, e a que, simultaneamente, se tem conferido uma importância crescente nos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário. Como iremos verificar ao longo do nosso trabalho, nas áreas da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual verificou-se um acréscimo significativo do número de conceitos, o que constitui uma inovação relevante nos planos científico, pedagógico e didáctico.

Assim, o nosso estudo será orientado pelos seguintes **objectivos**:

- comparar as duas versões da TLEBS nestas áreas;
- reflectir sobre a reorganização dos domínios, subdomínios e itens da 2ª versão;
- identificar as alterações decorrentes da 2ª versão, a nível dos conceitos que integra e dos que exclui, bem como da sua definição e ilustração com exemplos;

- analisar a 2ª versão da TLEBS (os conceitos que inclui e os conceitos que exclui) em articulação com os Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário;

- ponderar sobre a inclusão, na 2ª versão, dos domínios da Análise do Discurso e da Retórica;

- reflectir criticamente sobre as diferenças entre estas duas versões.

Ao longo da investigação, procuraremos, assim, responder às seguintes **questões**:

- a 2ª versão da TLEBS apresenta uma organização dos domínios, dos subdomínios e dos itens mais coerente e mais articulada?

- a 2ª versão reduz o número de conceitos nas áreas em estudo?

- a 2ª versão da TLEBS apresenta, nas áreas estudadas, definições mais claras dos conceitos?

- a 2ª versão da TLEBS apresenta uma exemplificação mais abundante dos conceitos?

- a 2ª versão da TLEBS selecciona os conceitos (inclui uns e exclui outros) em função da relevância que lhes é conferida nos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário?

- a 2ª versão da TLEBS é mais adequada aos Programas de Português ao incluir os domínios da Análise do Discurso e da Retórica?

Para atingir os objectivos e responder às questões colocadas, estruturámos o nosso trabalho do seguinte modo:

No **capítulo I**, pretendemos evidenciar as alterações efectuadas no que concerne aos domínios, aos subdomínios e aos itens em que estão divididas as duas versões da TLEBS. Referir-nos-emos ao domínio B, que inclui as áreas da Lexicologia e da Semântica e ao domínio C, que aborda as áreas da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual. Incidiremos a nossa análise na área da Lexicologia em 1.1., no subdomínio da Semântica em 1.2. e, em 1.3., nas áreas da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual.

No **capítulo II**, apresentaremos as diferenças a nível dos conceitos contemplados, salientando os que foram acrescentados, por um lado, e os que foram excluídos, por outro. Indicaremos também os que foram mantidos na 2ª versão, mencionando se foram retomados na mesma área e no mesmo item ou se foram integrados noutra área ou item. Em 2.1., referir-nos-emos ao domínio da Lexicologia; em 2.2., à área da Semântica e, em 2.3., às áreas da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual.

No **capítulo III**, estudaremos as alterações efectuadas, a nível das definições, de acordo com os seguintes critérios: clareza, extensão e formato das definições. Em 3.1., referir-nos-emos ao domínio da Lexicologia; em 3.2., à Semântica; em 3.3., às áreas da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual.

No **capítulo IV**, incidiremos a nossa análise nas diferenças a nível da exemplificação e das notas apresentadas nas definições das duas versões. A nossa análise abordará os seguintes aspectos: número de exemplos, clareza dos exemplos e inclusão ou exclusão das notas explicativas. Seguindo o mesmo método, em 4.1., fá-lo-emos no subdomínio da Lexicologia; em 4.2., na área da Semântica e, em 4.3., nas áreas da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual.

Finalmente, no **capítulo V**, procuraremos analisar a 2ª versão da TLEBS em articulação com os Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário, ou seja, verificaremos até que ponto a selecção dos conceitos foi feita de acordo com os Programas de Português. Em primeiro lugar, faremos uma breve apresentação dos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário (5.1.) e, em seguida, estabeleceremos a referida articulação nas áreas da Lexicologia (em 5.2), da Semântica (5.3.) e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual (5.4.).

Em cada um dos capítulos, apresentaremos uma introdução que enuncia o trabalho que pretendemos desenvolver e os objectivos que pretendemos atingir, assim como as conclusões a que chegámos.

Para uma melhor visualização e para serem mais facilmente identificáveis, optaremos por colocar todos os conceitos da TLEBS formatados em Negrito e os nomes dos domínios, dos subdomínios, bem como dos itens em maiúsculas pequenas.

BREVE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA TLEBS

A Nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS) foi introduzida pela portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro, para substituir a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, adoptada pela portaria n.º 22664/1967, de 28 de Abril.

Este documento surgiu da necessidade de revogar a Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967, considerada inadequada e desactualizada pelos representantes dos Departamentos do Ensino Secundário e da Educação Básica e da Associação de Professores de Português, de professores do Ensino Secundário, em exercício de funções lectivas, bem como de especialistas do Ensino Superior.

Segundo João Costa (2006), um dos responsáveis pela TLEBS, pretendia-se, acima de tudo, “ (...) estabilizar os termos a utilizar na descrição dos fenómenos da gramática.” Este autor afirma ainda que “era urgente a sua revisão, uma vez que programas de língua portuguesa, manuais, gramáticas e práticas docentes não eram coincidentes na terminologia utilizada” e que “esta instabilidade terminológica gerou, pelo menos, dois problemas óbvios: é parcialmente responsável por um desinvestimento no ensino da gramática; criou dificuldades na estabilização de conhecimentos.”

Por outro lado, tornava-se imperioso actualizar a Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967, de maneira a incluir as áreas da Pragmática e da Linguística Textual, áreas científicas que conheceram um desenvolvimento considerável em termos de investigação ao longo das últimas décadas, e a que, simultaneamente, se tem conferido uma importância crescente nos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário e que não estavam contempladas nesse documento.

O documento homologado e publicado na Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro, anunciava a adopção da TLEBS, a título de experiência pedagógica, e previa a sua revisão e actualização periódica, com as recomendações que o processo de experiência pedagógica viesse a recomendar.

A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC) decidiu levar a cabo uma experiência pedagógica piloto, em catorze agrupamentos e oito escolas do Ensino Básico, no ano lectivo de 2005-2006, que permitiu, desde logo, identificar as principais insuficiências e lacunas do documento.

Foi também realizado um estudo no Ensino Secundário, no sentido de auscultar a opinião dos professores deste nível de ensino na exploração da TLEBS, de acordo com o programa em vigor.

Esta iniciativa, que contou com o apoio das Direcções Regionais de Educação, da Associação de Professores de Português e de vários especialistas na área da Linguística, documentado em relatório de avaliação¹, desenvolveu-se em várias fases:

- consulta aos autores da 1ª versão;
- consulta a especialistas de diferentes domínios da Linguística;
- consulta aos professores, em contexto de formação;
- reuniões com especialistas e professores dos diferentes níveis de ensino;
- consulta pública.

Concluiu-se que era necessário reduzir o número de conceitos da 1ª versão da TLEBS e reformular algumas definições, no sentido de as tornar mais uniformes e mais claras.

A 1ª versão da TLEBS foi, assim, objecto de revisão, coordenada pelo Professor Doutor João Costa e pelo Professor Doutor Vítor Aguiar e Silva, dando origem a uma 2ª versão da TLEBS, introduzida pela portaria nº476/2007, de 18 de Abril.

Segundo João Costa, a lista de termos foi significativamente reduzida e na sua hierarquização foram explicitadas as relações entre os termos e os domínios. Para Vítor Aguiar e Silva, era importante fazer a revisão do domínio Pragmática e Linguística Textual, incluindo os domínios da Análise do Discurso e da Retórica, “sem os quais a terminologia ficaria gravemente amputada”.

Deste modo, as alterações à 1ª versão decorreram dos pressupostos seguintes:

¹ *Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (2007). Lisboa: Ministério da Educação - DGIDC. Disponível em http://www.netprof.pt/pdf/revisao_TLEBS_2007.pdf.

1. A TLEBS, enquanto documento normativo, deveria incluir os conceitos de acordo com os programas em vigor, e os estritamente necessários para assegurar a coerência interna da TLEBS, bem como o rigor descritivo no ensino da gramática.
2. Os domínios da TLEBS careciam de uma lógica interna coerente, relativamente ao grau de aprofundamento ou de sub-especificação dos conceitos escolhidos. Impunha-se proceder a uma revisão que harmonizasse as diferentes áreas no que respeita ao grau de aprofundamento.
3. A lista de conceitos era muito extensa, pelo que era necessário seleccionar os termos a explicitar nos diferentes níveis de ensino sem pôr em causa o ensino da gramática e o desenvolvimento das outras competências.

Com base nestes pressupostos, a 2ª versão da TLEBS regeu-se pelos princípios seguintes:

1. Redução significativa dos conceitos utilizados.
2. Selecção de termos, em função dos programas de ensino.
3. Revisão da hierarquização dos termos.
4. Coerência entre os diferentes domínios, no que diz respeito aos termos usados.
5. Reescrita de algumas definições, com vista à clareza e uniformização do estilo.
6. Apresentação de exemplos claros e inequívocos.
7. Inclusão das áreas da Análise do Discurso e da Retórica.

CAPÍTULO I

DOMÍNIOS, SUBDOMÍNIOS E ITENS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS

Neste capítulo, pretendemos evidenciar as alterações efectuadas no que concerne aos domínios, aos subdomínios e aos itens em que estão divididas as duas versões da TLEBS, nas áreas da LEXICOLOGIA, da SEMÂNTICA e da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA e LINGUÍSTICA TEXTUAL.

Procuraremos responder à seguinte questão: a 2ª versão da TLEBS apresenta uma organização dos domínios, dos subdomínios e dos itens mais coerente e mais articulada?

De acordo com um dos autores da 2ª versão, o Professor Doutor João Costa (2007: 3), a hierarquização dos termos foi revista, no sentido de “... tornar explícitas, no interior de cada domínio, as relações que existem entre os diferentes domínios”², bem como a coerência entre os diferentes domínios, relativamente aos termos usados, foi melhorada.

Assim, neste capítulo, propomo-nos analisar estas questões, estruturando o nosso trabalho do seguinte modo: começaremos por apresentar um quadro (quadro 1) que nos ajudará a visualizar as diferenças entre a 1ª e a 2ª versão, nos domínios B e C. Na 1ª versão, o domínio B inclui as áreas da SEMÂNTICA LEXICAL E DA SEMÂNTICA FRÁSICA, assim como da PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL; na 2ª versão, enquanto as áreas da LEXICOLOGIA e da SEMÂNTICA se encontram também no domínio B, as áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA e LINGUÍSTICA TEXTUAL são tratadas no domínio C.

² *Seminário Programas de Português do Ensino Básico – Revisão* (2007). Lisboa: Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Consultado em http://sitio.dgidec.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/Seminario_PPEB/Sinopse_seminario.pdf.

Em seguida, procederemos a uma análise crítica das alterações efectuadas, no sentido de verificar até que ponto a 2ª versão da TLEBS reorganiza os domínios e os subdomínios de uma forma mais coerente e mais articulada.

Quadro 1

DOMÍNIOS, SUBDOMÍNIOS E ITENS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS

1ª versão	2ª versão
DOMÍNIO B	DOMÍNIO B
B. LINGUÍSTICA DESCRITIVA	B. LINGUÍSTICA DESCRITIVA
B1. FONÉTICA E FONOLOGIA	B1. FONÉTICA E FONOLOGIA
B2. MORFOLOGIA	B2. MORFOLOGIA
B3. CLASSES DE PALAVRAS	B3. CLASSES DE PALAVRAS
B4. SINTAXE	B4. SINTAXE
B5. SEMÂNTICA LEXICAL	B5. LEXICOLOGIA
B5.1. LÉXICO	B5.1. LÉXICO E VOCABULÁRIO
B5.2. SIGNIFICAÇÃO LEXICAL	B5.2. SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS
B5.3. RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS	B5.3. PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS
B5.4. ESTRUTURA LEXICAL	
B5.5. NEOLOGIA	
B6. SEMÂNTICA FRÁSICA	B6. SEMÂNTICA
B6.1. REFERÊNCIA E PREDICAÇÃO	B.6.1. CONTEÚDO PROPOSICIONAL
B6.2. VALOR SEMÂNTICO DA ESTRUTURA FRÁSICA	B.6.2. VALOR TEMPORAL
B6.3. EXPRESSÕES NOMINAIS	B.6.3. VALOR ASPECTUAL
B6.4. EXPRESSÕES PREDICATIVAS (PREDICADOR)	B.6.4. VALOR MODAL
B6.5. REFERÊNCIA DEÍCTICA	

B7. PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL	DOMÍNIO C ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL
B7.1. COMUNICAÇÃO VERBAL	C.1. ANÁLISE DO DISCURSO E ÁREAS DISCIPLINARES CORRELATAS
B7.2. ENUNCIACÃO	C.1.1. COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS
B7.3. PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA	C.1.1.1. PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA
B7.4. ADEQUAÇÃO DISCURSIVA	
B7.5. RELATO DE DISCURSO	C.1.1.2. REPRODUÇÃO DO DISCURSO NO DISCURSO
B7.6. PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS	C.1.1.3. PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS
B7.7. TEXTO	C.1.2. TEXTO
B7.8. TIPOLOGIA TEXTUAL	
B7.9. PARATEXTO	
	C.1.3. INSTRUMENTOS E OPERAÇÕES DE RETÓRICA
	C.1.3.1. FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS
	C.1.3.2. OPERAÇÕES RETÓRICAS
	C.1.3.3. RETÓRICA ARGUMENTATIVA

1.1. LEXICOLOGIA

O domínio B continua a denominar-se LINGUÍSTICA DESCRITIVA e mantém os quatro primeiros subdomínios. No entanto, a SEMÂNTICA LEXICAL é substituída pela LEXICOLOGIA.

Por um lado, a área da SEMÂNTICA LEXICAL é, efectivamente, um domínio da LEXICOLOGIA e, na 2ª versão, constitui um dos seus itens. Por outro lado, enquanto a SEMÂNTICA LEXICAL diz respeito apenas ao significado entre palavras e às relações semânticas entre elas, a LEXICOLOGIA engloba, entre outras, dimensões como as classes de palavras e a sua etimologia, sendo, assim, uma disciplina mais abrangente.

De facto, a LEXICOLOGIA é definida na 2ª versão como a “disciplina da linguística que estuda o conjunto de palavras possíveis e de recursos disponíveis numa língua para a formação de palavras, bem como a forma como estas se relacionam.”³ Nesse sentido, parece-nos positiva a alteração de SEMÂNTICA LEXICAL para LEXICOLOGIA.

Analisemos, agora, as alterações efectuadas a nível dos itens que fazem parte deste subdomínio.

Em primeiro lugar, na 2ª versão, optou-se por menos itens e itens mais abrangentes, ou seja, os cinco itens da 1ª versão foram reduzidos para três. Assim, o item LÉXICO deu lugar ao item LÉXICO E VOCABULÁRIO; os itens SIGNIFICAÇÃO LEXICAL, RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS e ESTRUTURA LEXICAL passaram a constituir um só item: SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS e o item NEOLOGIA passou a designar-se PROCESSOS IRREGULARES DE PALAVRAS.

Em segundo lugar, procurou-se explicitar a relação que existe entre o item e os conceitos que nele são incluídos, o que contribui para uma maior coerência e uma melhor articulação entre os itens e os conceitos apresentados pela 2ª versão da TLEBS. De facto, o item SIGNIFICAÇÃO LEXICAL, RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS e ESTRUTURA LEXICAL é subdividido em SIGNIFICAÇÃO LEXICAL, RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS e ESTRUTURA LEXICAL.

Do mesmo modo, como iremos verificar no capítulo III, dedicado à comparação das definições dos conceitos das duas versões da TLEBS, cada um dos conceitos

³ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

incluídos no item PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS é definido enquanto “processo através do qual uma palavra...” ou “palavra formada através de...”.

Por último, no que a este subdomínio diz respeito, pensamos que, na 1ª versão, não há uma distinção clara entre os itens e os conceitos. Por exemplo, incluídos no item B5.1, LÉXICO, surgem, numerados, os conceitos de **léxico geral** (B5.1.1.), **léxico de especialidade** (B5.1.2.), **unidade lexical** (B5.1.3.) e **vocabulário** (B5.1.4.). Por outro lado, são incluídos em B5.1.3., **unidade lexical**, os conceitos de **lexema**, **morfema gramatical**, **morfema lexical**, **palavra**, **termo** e **expressão lexicalizada**, sem qualquer numeração. Com efeito, o facto de alguns conceitos serem numerados e outros não dificulta a distinção entre item e conceito e até mesmo entre os conceitos.

Na 2ª versão, este aspecto foi melhorado, na medida em que apenas foram numerados os itens, o que não só torna a estrutura mais coerente e articulada, como também facilita a leitura e compreensão do documento.

Assim, consideramos a 2ª versão mais coerente e articulada, sobretudo no que respeita às alterações introduzidas nos itens, uma vez que estes estão, agora, devidamente identificados e são explicitadas as relações entre os itens e os conceitos.

1.2. SEMÂNTICA

A SEMÂNTICA FRÁSICA passa a denominar-se apenas SEMÂNTICA. Como Fátima Oliveira refere “o termo semântica cobre uma grande variedade de questões relacionadas com o significado.” (1996: 333). No entanto, na 2ª versão define-se Semântica enquanto a “disciplina da linguística que se ocupa do estudo da componente do significado de enunciados que é exclusivamente dependente do conhecimento lexical e gramatical”⁴.

Pensamos que a opção pelo subdomínio da SEMÂNTICA, em detrimento da SEMÂNTICA FRÁSICA não se nos afigura muito positiva, uma vez que existe alguma sobreposição da SEMÂNTICA com a LEXICOLOGIA, na medida em que ambas as disciplinas se ocupam do significado de enunciados dependente do conhecimento

⁴ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

lexical. Nessa medida, consideramos que podia ter sido mantido o subdomínio da SEMÂNTICA FRÁSICA.

O subdomínio da SEMÂNTICA na 2ª versão foi totalmente reestruturado. Em rigor, não foi retomado nenhum dos itens da 1ª versão.

Na 1ª versão, a SEMÂNTICA FRÁSICA encontrava-se subdividida nos itens seguintes: REFERÊNCIA E PREDICAÇÃO; VALOR SEMÂNTICO DA ESTRUTURA FRÁSICA; EXPRESSÕES NOMINAIS; EXPRESSÕES PREDICATIVAS e REFERÊNCIA DEÍCTICA.

Na 2ª versão, os itens que fazem parte da SEMÂNTICA são os seguintes: CONTEÚDO PROPOSICIONAL (que inclui os conceitos de **referência** e **predicação**, que constituíam o primeiro item da 1ª versão); VALOR TEMPORAL, VALOR ASPECTUAL e VALOR MODAL, que agrupam conceitos que, na 1ª versão, se encontravam nos itens VALOR SEMÂNTICO DA ESTRUTURA FRÁSICA e EXPRESSÕES PREDICATIVAS. É de referir ainda que os conceitos de **tempo** e de **aspecto** ocorriam duas vezes, inseridos, primeiro, no item VALOR SEMÂNTICO DA ESTRUTURA FRÁSICA e, depois, no item EXPRESSÕES PREDICATIVAS. Na 2ª versão, o conceito de **tempo** consta apenas do item VALOR TEMPORAL e **aspecto** ocorre no item VALOR ASPECTUAL.

Com efeito, neste subdomínio, a reestruturação foi total. Cremos que o objectivo, neste caso, não foi a redução do número de itens, que é praticamente o mesmo nas duas versões (cinco na 1ª versão e quatro na 2ª), mas, sim, a escolha de temas aglutinadores, tais como VALOR TEMPORAL, VALOR ASPECTUAL e VALOR MODAL.

Saliente-se ainda que, à semelhança do subdomínio anterior, os itens remetem directamente para os conceitos neles incluídos: no item VALOR TEMPORAL são abordados os conceitos de **tempo**, **simultaneidade**, **anterioridade** e **posterioridade**; no item VALOR ASPECTUAL apresentam-se, por exemplo, os conceitos de **aspecto**, **aspecto lexical**, **aspecto gramatical**, **classes aspectuais**; no item VALOR MODAL introduzem-se os conceitos de **modalidade**, **modalidade epistémica**, **valor deôntico**, entre outros.

Assim, a 2ª versão é, a nosso ver, mais coerente e mais articulada.

Finalmente, o item REFERÊNCIA DEÍCTICA foi excluído da SEMÂNTICA e movido para o DOMÍNIO C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL. Na 1ª versão, o conceito de **deixis** constava igualmente do domínio B.7., PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, pelo que, deste modo, evita-se a repetição do conceito nos dois subdomínios. Por outro lado, consideramos que este conceito, por se

tratar de um “fenómeno de referenciação dependente e constitutiva de enunciação”⁵, justifica-se a sua inserção no âmbito da COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS, que faz parte do domínio C.

1.3. ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

A alteração mais significativa, em termos de estrutura, reside na exclusão da PRAGMÁTICA E DA LINGUÍSTICA TEXTUAL do DOMÍNIO B, LINGUÍSTICA DESCRITIVA, para passar a constituir um domínio autónomo: o DOMÍNIO C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, com o acréscimo de duas áreas: a ANÁLISE DO DISCURSO e a RETÓRICA.

Concordamos com a mudança destas áreas do domínio da LINGUÍSTICA DESCRITIVA, na medida em que os subdomínios que fazem parte deste domínio, dos quais destacamos a FONÉTICA, a MORFOLOGIA, a SINTAXE e a SEMÂNTICA estudam “as palavras das línguas (...) Se nos ocupamos dos sons dessas palavras, estamos perante a Fonologia. Se nos ocupamos da estrutura delas, temos a Morfologia, E se nos ocupamos da sua combinação em frases, estamos perante a Sintaxe (...) se nos ocuparmos do conteúdo ou do significado das palavras, estamos perante a Semântica.” (Lima, 2006: 14)

Por outro lado, as áreas que constituem o DOMÍNIO C estudam o acto de comunicação, isto é, a ANÁLISE DO DISCURSO estuda o “uso real da língua, com locutores reais, em situações reais”; a RETÓRICA “ensina a construir o discurso e a ordenar o debate argumentativo numa particular situação comunicativa”; “a Pragmática analisa o funcionamento significativo e comunicativo da linguagem no seu uso real em discursos e textos e a intencionalidade comunicativa de quem nestes fala ou escreve” e a LINGUÍSTICA TEXTUAL “considera o texto, escrito e falado, como a unidade fundamental da análise linguística”⁶. Nesse sentido, consideramos que é pertinente inserir estas áreas num domínio autónomo, separado da LINGUÍSTICA DESCRITIVA.

Neste domínio, a reestruturação a nível dos itens, a nosso ver, positiva, foi ainda mais significativa, na medida em que foram apenas retomados três itens da 1ª versão:

⁵ Disponível em <http://dt.dgdc.min-edu.pt/>.

⁶ Disponível em <http://dt.dgdc.min-edu.pt/>.

PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA; PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS e TEXTO.

Efectivamente, o item ENUNCIACÃO não foi retomado; o item COMUNICAÇÃO VERBAL foi substituído por COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS; os itens ADEQUAÇÃO DISCURSIVA e RELATO DE DISCURSO foram excluídos, tendo-se optado pelo item REPRODUÇÃO DO DISCURSO NO DISCURSO; TIPOLOGIA TEXTUAL e PARATEXTO deixaram de constituir itens para passar a constar como conceitos, incluídos no item TEXTO e, finalmente, foram acrescentados os itens relativos à RETÓRICA: INSTRUMENTOS E OPERAÇÕES DE RETÓRICA, que se subdivide em FIGURAS DE RETÓRICA e TROPOS, OPERAÇÕES RETÓRICAS e RETÓRICA ARGUMENTATIVA.

Deste modo, reduziu-se o número de itens. De facto, os nove itens que faziam parte da 1ª versão correspondem a apenas dois da 2ª: COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS e TEXTO. Acrescenta-se um terceiro item que se insere no âmbito da RETÓRICA.

Refira-se ainda que na versão mais recente consegue-se uma boa articulação dos conceitos graças aos subitens em que os itens estão divididos. Por exemplo, o item C.1.1., COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS está dividido em PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA (C.1.1.1.), REPRODUÇÃO DO DISCURSO NO DISCURSO (C.1.1.2.) e PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS (C.1.1.3.),

É ainda de salientar a inclusão no domínio C das áreas da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA. De facto, os conceitos seleccionados no âmbito da área da ANÁLISE DO DISCURSO possibilitam aos professores e alunos de Português o contacto com conceitos e instrumentos de análise que se desenvolveram e ganharam crescente importância, ao longo das últimas décadas, nas ciências da linguagem, tais como os conceitos de **acto de fala directo**, **acto de fala indirecto**, **competência discursiva**, **estratégia discursiva**, **marcadores discursivos**, **conectores discursivos**, **princípio de pertinência** e **implicação**.

Por outro lado, a inclusão dos conceitos contemplados na área da RETÓRICA, como por exemplo as **figuras de retórica e tropos**, são relevantes para a disciplina de Português, nomeadamente a nível da análise literária.

1.4. CONCLUSÕES

Relativamente aos domínios, subdomínios e itens das duas versões, não obstante considerarmos que podia ter sido mantida a área da SEMÂNTICA FRÁSICA, pensamos que a 2ª versão melhorou significativamente em termos de organização e de estrutura.

De facto, respondendo à pergunta que colocámos a este respeito, se a segunda versão da TLEBS apresenta uma organização dos domínios, dos subdomínios e dos itens mais coerente e mais articulada, é nossa convicção que, efectivamente, o documento da 2ª versão é mais coerente e tem uma estrutura mais organizada e mais articulada.

No que concerne aos itens das duas versões, na 2ª versão, optou-se por menos itens e itens mais abrangentes e mais aglutinadores, o que torna o documento mais organizado.

Além disso, explicita-se a relação que existe entre o item e os conceitos que nele são incluídos. Os itens estão devidamente identificados, assim como os subitens em que estão divididos. Dessa forma, a 2ª versão é mais articulada.

As áreas da PRAGMÁTICA e da LINGÜÍSTICA TEXTUAL foram excluídas do domínio B, LINGÜÍSTICA DESCRITIVA, para passar a constituir um domínio autónomo, o domínio C.

Neste domínio, adicionaram-se as áreas da Análise do Discurso e da Retórica, o que torna este documento um instrumento de trabalho mais adequado aos Professores de Português.

Finalmente, o item REFERÊNCIA DEÍCTICA foi excluído da SEMÂNTICA e movido para o DOMÍNIO C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGÜÍSTICA TEXTUAL.

Pelo que foi exposto, consideramos que a 2ª versão da TLEBS é, assim, uma versão que melhorou relativamente à 1ª em termos de organização da estrutura, no sentido de haver uma maior coerência e articulação dos itens e ainda por acrescentar conceitos importantes para os professores e alunos de Português, como teremos oportunidade de verificar nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

OS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS

O objectivo central do presente capítulo será o de apresentar as duas versões da TLEBS, identificando as diferenças a nível dos conceitos contemplados, salientando os que se mantêm, os que foram excluídos, os que foram acrescentados e ainda os que foram movidos de item ou de domínio, nas áreas da LEXICOLOGIA, da SEMÂNTICA e no domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

Na 1ª versão, a SEMÂNTICA aparece dividida em dois subdomínios: a SEMÂNTICA LEXICAL (B5) e a SEMÂNTICA FRÁSICA (B6). Na 2ª versão, o item B5 diz respeito à LEXICOLOGIA e o item B6 é dedicado à SEMÂNTICA. Nesse sentido, faremos a análise separada dos dois subdomínios, optando pela terminologia da 2ª versão, isto é, LEXICOLOGIA e SEMÂNTICA.

As áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, que correspondem ao domínio C, na 2ª versão, constituem o domínio B.7., PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, na 1ª versão.

Para uma melhor visualização das alterações da 1ª à 2ª versão, apresentaremos dois quadros, o quadro 2 para as áreas da LEXICOLOGIA e da SEMÂNTICA, o quadro 3 para as áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL. Nos quadros constarão os conceitos incluídos apenas na 1ª versão, os que foram mantidos nas duas versões e os que foram incluídos apenas na 2ª versão. Serão ainda referidos os conceitos que, apesar de não ocorrerem como entradas isoladas, são introduzidos nas definições de outros conceitos e ainda os que foram movidos de domínio ou subdomínio.

Começaremos por disponibilizar o quadro 2 com os conceitos que constam das duas versões, nas áreas da LEXICOLOGIA e da SEMÂNTICA e, em seguida, faremos a descrição comentada dessas diferenças, em 2.1., em relação à LEXICOLOGIA e em 2.2.,

no âmbito da SEMÂNTICA; em seguida, mostraremos o quadro 3 com os conceitos incluídos nas áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL e, em 2.3, analisaremos as alterações que ocorreram nos conceitos, nestas áreas.

Finalmente, com base nas reflexões apresentadas, tentaremos explicitar algumas conclusões, que nos permitam não só indicar o que mudou a nível de conceitos, da 1ª para a 2ª versão, como também encontrar respostas para duas perguntas que nos guiam na nossa análise:

- a 2ª versão reduz o número de conceitos nas áreas da LEXICOLOGIA, da SEMÂNTICA e da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL?

- a 2ª versão da TLEBS é mais adequada aos Programas de Português ao incluir os domínios da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA?

Quadro 2

OS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS NA ÁREA DA SEMÂNTICA

SEMÂNTICA LEXICAL (1ª VERSÃO) / LEXICOLOGIA (2ª VERSÃO)		
Conceitos incluídos apenas na 1.ª versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.ª versão
	léxico	
léxico geral		
léxico de especialidade		
unidade lexical		
lexema		
morfema gramatical		
morfema lexical		
	palavra Na 2ª versão, foi movido para o domínio da MORFOLOGIA	
	termo Na 2ª versão, foi movido para o subdomínio D.2.INFORMAÇÃO LEXICOGRÁFICA	
expressão lexicalizada		
		expressão idiomática
		arcaísmo
		família de palavras
	vocabulário	
vocábulo		
signo linguístico		
	significado Na 2ª versão, foi movido para o subdomínio B.6 SEMÂNTICA	
	significante	
	denotação	
	conotação	

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
traço semântico		
	monossemia	
	polissemia	
	hiperonímia	
	hiponímia	
	holonímia	
	meronímia	
	sinonímia	
sinonímia total	Referido nas notas da definição de sinonímia	
sinonímia parcial	Referido nas notas da definição de sinonímia	
	antonímia	
antonímia contraditória		
antonímia contrária		
antonímia conversa		
	homonímia Na 2. ^a versão, foi movido para o subdomínio E5 RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS ESCRITAS E ENTRE GRAFIA E FONIA	
	homofonia Na 2. ^a versão, foi movido para o subdomínio E5 RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS ESCRITAS E ENTRE GRAFIA E FONIA	
	homografia Na 2. ^a versão, foi movido para o subdomínio E5 RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS ESCRITAS E ENTRE GRAFIA E FONIA	
	paronímia Na 2. ^a versão, foi movido para o subdomínio E5 RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS ESCRITAS E ENTRE GRAFIA E FONIA	
	estrutura lexical	
	campo lexical	
	campo semântico	
	neologia /neologismo	
	extensão semântica	
	empréstimo	
	amalgama	
	sigla	
	acronímia/acrónimo	
	onomatopeia	
		truncação

SEMÂNTICA FRÁSICA (1ª VERSÃO) / SEMÂNTICA (2ª VERSÃO)		
Conceitos incluídos apenas na 1.ª versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.ª versão
		significado
	conteúdo proposicional	
	referência	
	predicação	
predicador		
expressões referenciais		
argumento		
	polaridade	
		especificidade
		genericidade
expressões nominais		
propriedades semânticas		
	contáveis Referido na definição de aspecto gramatical	
	não contáveis Referido na definição de aspecto gramatical	
não contáveis/massivos	Na 2ª versão, foi movido para o subdomínio B.3., CLASSES DE PALAVRAS	
não contáveis/não massivos		
valor dos adjetivos		
valor restritivo dos adjetivos		
valor não restritivo dos adjetivos		
valor das orações relativas		
valor restritivo das orações relativas		
valor explicativo das orações relativas		
valores referenciais		
valor específico das expressões definidas	Referido na definição de especificidade	
valor genérico das expressões definidas	Referido na definição de genericidade	
valor específico das expressões indefinidas	Referido na definição de especificidade	
valor não específico das expressões indefinidas	Referido na definição de especificidade	
valor genérico das expressões indefinidas	Referido na definição de genericidade	

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
ponto de referência		
	valor temporal	
	tempo	
simultaneidade	Referido na definição de tempo	
anterioridade	Referido na definição de tempo	
posterioridade	Referido na definição de tempo	
	valor aspectual	
	aspecto	
		classes aspectuais
	aspecto lexical	
		evento
eventos instantâneos	Referência a eventos não durativos na definição de aspecto lexical	
eventos prolongados	Referência a eventos durativos na definição de aspecto lexical	
actividades		
estados		situação estativa
	aspecto gramatical	
aspecto perfectivo	Referido na definição de aspecto gramatical	
aspecto imperfectivo	Referido na definição de aspecto gramatical	
aspecto genérico	Referido na definição de aspecto gramatical	
aspecto habitual	Referido na definição de aspecto gramatical	
aspecto iterativo	Referido na definição de aspecto gramatical	
aspecto pontual		
aspecto durativo	Referido na definição de aspecto lexical	
		valor modal
	modalidade	
modalidade epistémica	Referido na definição de modalidade	
valor de certeza	Referido na definição de modalidade	
valor de probabilidade	Referido na definição de modalidade	
valor de possibilidade		
modalidade deôntica	Referido na definição de modalidade	

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
valor de obrigação	Referido na definição de modalidade	
valor de permissão	Referido na definição de modalidade	
modalidade apreciativa		
referência deíctica	Movido para o subdomínio C.1.1 COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS Referido na definição de deixis (C.1.1)	
	deixis Na 2. ^a versão, foi movido para o subdomínio C.1.1 COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS	
deixis pessoal	Referido na definição de deixis (C.1.1)	
deixis temporal	Referido na definição de deixis (C.1.1)	
deixis espacial	Referido na definição de deixis (C.1.1)	
	anáfora Na 2. ^a versão, foi movido para o subdomínio C.1.2 TEXTO	

2.1. LEXICOLOGIA

Na área da Lexicologia, ocorrem algumas alterações quanto aos conceitos aí incluídos, verificando-se, na 2ª versão, uma redução de 40%, dos anteriores termos. A 1ª versão contempla quarenta e cinco conceitos, enquanto a 2ª incorpora apenas vinte e sete.

Analisemos, então, as alterações dos conceitos neste subdomínio.

No item B5 (SEMÂNTICA LEXICAL na 1ª e LEXICOLOGIA na 2ª versão), mantém-se o conceito de **léxico**, mas são excluídos, na 2ª versão, os conceitos de **léxico geral**, **léxico de especialidade**, **unidade lexical**, **lexema**, **morfema gramatical**, **morfema lexical** e **expressão lexicalizada**. Consideramos que foi mantido o conceito geral, tendo sido excluídos os casos particulares, por não constarem dos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário ou por não constituírem conceitos operatórios no domínio do Português. Do mesmo modo, mantém-se o conceito de **vocabulário**, mas não se retoma na 2ª versão o conceito de **vocabulo**.

Por outro lado, são acrescentados, na 2ª versão, os conceitos de **expressão idiomática**, **arcaísmo** e **família de palavras**, por corresponderem a conceitos que interessam directamente aos professores e alunos de Português, uma vez que são explicitados nos Programas de Português.

Quanto ao conceito de **palavra** que na 1ª versão ocorre neste domínio e também no domínio da MORFOLOGIA (B.2.1.1.), na 2ª versão, para evitar a repetição do mesmo conceito em diferentes áreas, consta apenas do domínio da MORFOLOGIA (B.2).

Também o conceito de **termo** foi movido para outro domínio, neste caso por se considerar que se adequa melhor ao domínio da LEXICOLOGIA (D.2).

Na 2ª versão, integrado no item B5 – LEXICOLOGIA – ocorre o item SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS (B5.2). Neste item, são incluídos os conceitos de **significante**, **denotação**, **conotação**, **monossemia** e **polissemia**, que aparecem também na 1ª versão, agrupados sob o conceito de **signo linguístico** na área da SEMÂNTICA LEXICAL. Contudo, neste item constava também o conceito de **significado** que, na 2ª versão, passa a fazer parte do item B.6., SEMÂNTICA. São excluídos, na 2ª versão, os conceitos de **signo linguístico** e de **traço semântico**.

As RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS constam das duas versões. Efectivamente, ambas as versões apresentam as RELAÇÕES DE HIERARQUIA (conceitos

de **hiperonímia** e **hiponímia**); as RELAÇÕES DE INCLUSÃO, na 1ª versão, ou RELAÇÕES DE PARTE-TODO, na 2ª versão (conceitos de **holonímia** e **meronímia**) e as RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA E AS RELAÇÕES DE OPOSIÇÃO, na 1ª versão, ou as RELAÇÕES DE SEMELHANÇA/OPOSIÇÃO, na 2ª versão (**sinonímia** e **antonímia**).

No entanto, no âmbito deste tema, alguns conceitos integrados nas RELAÇÕES DE SEMELHANÇA/OPOSIÇÃO deixam de constituir entradas lexicais independentes, na 2ª versão. É o caso dos conceitos de **sinonímia total** e de **sinonímia parcial**, que são incorporados na definição de **sinonímia**.

O mesmo não acontece com os conceitos de **antonímia contraditória**, **antonímia contrária** e **antonímia conversa** que são excluídos da 2ª versão e não são referidos na definição de **antonímia**.

Na 1ª versão, são também incluídas, no item B5 – SEMÂNTICA LEXICAL – as RELAÇÕES FONÉTICAS E GRÁFICAS (conceitos de **homonímia**, **homofonia**, **homografia** e **paronímia**). Na 2ª versão, estes conceitos, por se enquadrarem melhor no domínio da REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, foram aí incluídos, tendo sido, assim, excluídos da SEMÂNTICA.

Os conceitos de **campo lexical** e de **campo semântico** que, na 1ª versão, constam do item B.5.4., ESTRUTURA LEXICAL, são retomados na 2ª versão, sob o item B5.2. SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS.

Na 1ª versão, o item B5.5., NEOLOGIA reúne os conceitos de **extensão semântica**, **empréstimo**, **amálgama**, **sigla**, **acronímia** (na 2ª versão) e **onomatopeia**. Estes conceitos mantêm-se na 2ª versão e são igualmente incluídos no domínio B5. Todavia, encontram-se integrados no item B5.3., PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS. Além disso, neste item é acrescentado o conceito de **truncção**.

São, assim, excluídos treze conceitos e acrescentados apenas quatro. Seis são movidos de subdomínio e dois são incorporados na definição do conceito geral (**sinonímia**).

2.2. SEMÂNTICA

Analiseemos, agora, o subdomínio da SEMÂNTICA (SEMÂNTICA FRÁSICA, na 1ª versão).

Neste subdomínio, houve uma redução muito significativa (70%) do número de conceitos apresentados na 2ª versão, relativamente à 1ª.

De facto, a 1ª versão apresenta sessenta e um conceitos, enquanto a 2ª reduz esse número para dezoito, o que vai ao encontro de um dos principais objectivos da revisão da TLEBS.

A redução foi conseguida graças a dois processos: a exclusão dos termos e a inclusão dos conceitos nas definições dos conceitos considerados mais globalizantes.

Assim, de acordo com o primeiro processo enunciado, foram excluídos os seguintes conceitos: **predicador, expressões referenciais, argumento, expressões nominais, propriedades semânticas, não contáveis/não massivos, valor dos adjectivos, valor restritivo dos adjectivos, valor não restritivo dos adjectivos, valor das orações relativas, valor restritivo das orações relativas, valor explicativo das orações relativas, valores referenciais, ponto de referência, valor de possibilidade, aspecto pontual, modalidade apreciativa e actividades.**

Na gramática todos os domínios estão interligados. De facto, “o nosso conhecimento lexical é muito mais complexo incluindo diversos tipos de informações desde a categoria da palavra ao número de argumentos e suas funções semânticas ou à sua representação fonológica” (Oliveira, 2009: 60). Quer isto dizer que os subdomínios que estão incluídos na LINGÜÍSTICA DESCRITIVA não são estanques, existindo, por isso, conceitos que pertencem a diferentes domínios.

Na 2ª versão, como um dos objectivos era reduzir o número de conceitos, verifica-se que, no caso dos conceitos que fazem parte de dois subdomínios diferentes, optou-se por um deles. Foi o que aconteceu com a maior parte dos conceitos da SEMÂNTICA que passaram a ser referidos no âmbito dos domínios da MORFOLOGIA e das CLASSES DE PALAVRAS. Por exemplo, os conceitos de nomes **contáveis** e nomes **não contáveis**, na 2ª versão, são apenas referidos no interior do conceito de **aspecto gramatical**, na medida em que estes conceitos constituem entradas lexicais no subdomínio B.3., CLASSES DE PALAVRAS. É também neste subdomínio que o conceito de **não contáveis massivos**, na 2ª versão, é mencionado nas notas do conceito de nome

não contável (“Os nomes não contáveis que denotam entidades que podem ser medidas também são designados como “nomes massivos””⁷).

Por isso, João Peres (2007b) considera que na TLEBS2 (como ele denomina a 2ª versão) se mantém “uma postura obsessivamente sintacticista, em que a descrição da forma - categorização e ordem - se impõe, secundarizando o significado.”

Na verdade, consideramos que, se por um lado, se conseguiu reduzir o número de conceitos, por outro lado, há conceitos, como por exemplo, os nomes, que podiam constar quer na área da SEMÂNTICA, quer nas áreas da MORFOLOGIA e das CLASSES DE PALAVRAS.

No âmbito do segundo processo acima referido, há conceitos que não foram retomados na 2ª versão como entradas lexicais isoladas, mas são referidos no interior das definições dos conceitos com eles relacionados.

Ora, vejamos:

- os termos **contáveis** e **não contáveis** são referidos na definição do conceito de **aspecto gramatical**;

- o **valor específico das expressões definidas**, o **valor específico das expressões indefinidas** e o **valor não específico das expressões indefinidas** são mencionados na definição do conceito de **especificidade**;

- o **valor genérico das expressões definidas** e o **valor genérico das expressões indefinidas** são descritas na definição do conceito de **genericidade**;

- os conceitos de **simultaneidade**, **anterioridade** e de **posterioridade** são referidos na definição do conceito de **tempo**;

- na definição do conceito de **aspecto gramatical**⁸, faz-se referência a **aspecto perfectivo**, **aspecto imperfectivo**, **aspecto genérico**, **aspecto habitual** e **aspecto iterativo**;

- o conceito de **aspecto durativo** é referido na definição do conceito de **aspecto lexical**;

- na definição do conceito de **modalidade**⁹ são referidos os conceitos de **modalidade epistémica**, (que, na 1ª versão, inclui os conceitos de **valor de certeza** e **valor de probabilidade**) **modalidade deôntica**, (que inclui os conceitos de **valor de obrigação** e **valor de permissão**).

⁷ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

⁸ Na 1ª versão apresentava-se ainda o conceito de aspecto pontual.

⁹ Na 1ª versão apresenta-se ainda o conceito de modalidade apreciativa.

Esta alteração deveu-se ao facto de se considerar que esses termos não correspondem a conceitos, mas sim a sub-especificações dos conceitos em que foram incluídos. Deste modo, reduziu-se significativamente o número de conceitos (vinte e sete) e, ao mesmo tempo, foram contemplados conceitos que consideramos importantes para o ensino do Português e que constam dos Programas dos Ensinos Básico e Secundário, como por exemplo as relações de ordem cronológica de **simultaneidade**, **anterioridade** e de **posterioridade**.

Por outro lado, na 2ª versão, retoma-se o conceito de **aspecto lexical**, introduzem-se os conceitos de **evento** e de **situação estativa**, mas não se retomam os conceitos de **eventos instantâneos**, **eventos prolongados**, **actividades** e **estados**, fazendo-se apenas referência a **eventos durativos**, a **eventos não durativos** e a **situações estativas** na definição do conceito de **aspecto lexical**.

Parece-nos discutível a opção da 2ª versão pelo conceito de **situação estativa**, em vez de **estado**. De facto, Moens and Steedman definem o conceito de **evento** por oposição ao conceito de **estado**: “An *event*, in contrast to a *state*, has defined beginning and end points.” (1988b: 1). “We distinguish these “hard-edged” categories (“happenings with defined beginnings and ends”) from a class of indefinitely extending states of affairs, which equally commonsensically, we call states” (1988b: 17).

Vendler (1967) distingue estados, actividades, “accomplishments” e “achievements”.

A 1ª versão distingue estas quatro situações, de acordo com o aspecto lexical: **estados** são situações caracterizadas pelo traço [-dinâmico]; **actividades** correspondem a “situações dinâmicas”; “accomplishments” ou **eventos prolongados** são “eventos aos quais é associada uma duração” e “achievements” ou **eventos instantâneos** são “situações pontuais” ou momentâneas.

Na 2ª versão definem-se apenas os conceitos de **situação estativa** enquanto “situação não dinâmica, durativa” e de **evento** como uma “situação dinâmica, não necessariamente durativa”. Faz-se, contudo, referência a **eventos durativos** e a **eventos não durativos** na definição do conceito de **aspecto lexical**.

Na definição de **aspecto gramatical** mencionam-se os conceitos de **situação culminada** (valor **perfectivo**), **não culminada** (valor **imperfectivo**), **habitual**, **genérica** e **iterativa**.

Consideramos que, na 2ª versão, se perdeu uniformidade na designação do conceito de **estado**, segundo Vendler (1967), ao alterar-se para **situação estativa**. Por

outro lado, cremos que a 2ª versão é menos clara devido ao facto de se descreverem apenas **evento** e **situação estativa** no âmbito das **classes aspectuais** e de se fazer referência, separadamente, a **eventos durativos** e a **eventos não durativos** na definição do conceito de **aspecto lexical** e a **situação culminada (valor perfectivo)**, **não culminada (valor imperfectivo)**, **habitual**, **genérica** e **iterativa**, na definição de **aspecto gramatical**. Pensamos, assim, que, de acordo com a proposta de Vendler, a 1ª versão é mais correcta e mais clara.

Na 2ª versão, introduzem-se os conceitos de **especificidade** e de **genericidade**, que não constam da 1ª versão. No entanto, na definição de **especificidade**, refere-se o **valor específico das expressões definidas**, o **valor específico das expressões indefinidas** e o **valor não específico das expressões indefinidas**; na definição de **genericidade**, descreve-se o conceito de **valor genérico**.

Mantêm-se os conceitos de **conteúdo proposicional**, **referência**, **predicação**, **polaridade**, **valor temporal**, **tempo**, **valor aspectual**, **aspecto**, **aspecto lexical**, **aspecto gramatical** e **modalidade**.

O conceito de **significado** é movido do subdomínio da LEXICOLOGIA para este subdomínio da SEMÂNTICA.

Finalmente, concordamos com a alteração de domínio dos conceitos de **deixis** (em cuja definição se menciona os conceitos de **referência deíctica**, **deixis pessoal**, **deixis temporal**, **deixis espacial** e de **anáfora**, que na 1ª versão fazem parte deste item e que na 2ª versão passam a estar integrados no domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

Em relação ao conceito de **deixis**, uma vez que consiste num fenómeno de referenciação numa determinada situação comunicativa, passa a integrar o item COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS.

Quanto ao conceito de **anáfora**, tratando-se de uma expressão linguística que se relaciona com outra na linearidade do texto, foi movida para o item TEXTO, a par de outros conceitos como **catáfora** e **co-referência não anafórica**, no âmbito da **coesão textual**.

Neste subdomínio foram acrescentados apenas cinco conceitos: **especificidade** e **genericidade**, **classes aspectuais**, **evento** e **valor modal**.

Quadro 3

OS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS

ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA		
TEXTUAL		
Conceitos incluídos apenas na 1ª versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.ª versão
	locutor	
	interlocutor	
	ouvinte	
		emissor
		destinatário
		receptor
universo de referência		
	contexto	
contexto situacional	Referido na definição de contexto	
contexto verbal	Referido na definição de contexto	
saber compartilhado	Referido na definição de implicaturas conversacionais	
meio (oral e escrito)		
	enunciação	
	enunciado	
		enunciador
coordenadas enunciativas	Referido na definição de discurso indirecto	
	deixis	
	discurso	
		universo de discurso
		interdiscurso/ interdiscursividade
	dialogismo	
		diálogo

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
		monólogo
		polifonia
		informação
		enciclopédia
	acto de fala	
		acto de fala directo
força ilocutória	Referido nas definições de acto de fala directo e de acto ilocutório	
	acto locutório	
	acto ilocutório	
	acto perlocutório	
acto ilocutório assertivo	Referido na definição de acto ilocutório	
acto ilocutório directivo	Referido na definição de acto ilocutório	
acto ilocutório compromissivo	Referido na definição de acto ilocutório	
acto ilocutório expressivo	Referido na definição de acto ilocutório	
acto ilocutório declarativo	Referido na definição de acto ilocutório	
acto ilocutório declarativo assertivo		
acto ilocutório indirecto		acto de fala indirecto
		estratégia discursiva
		marcadores discursivos
		conectores discursivos
	uso oral / oralidade	
	uso escrito / escrita	
	registo formal/informal	
	princípio de cooperação	
	princípio de cortesia	
		princípio de pertinência
	máximas conversacionais	
face		
	formas de tratamento	
		citação
	discurso directo	
		discurso directo livre
	discurso indirecto	
	discurso indirecto livre	
verbos introdutórios de relato de discurso	Referido na definição de discurso directo livre	
	pressuposição	

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
		implicação
	implicaturas conversacionais	
	texto	
		texto/textualidade
		co-texto
		macroestruturas textuais
		microestruturas textuais
	coesão / coesão textual	
cadeia de referência	Referido na definição de coesão textual	
	anáfora	
	catáfora	
	co-referência não anafórica	
	elipse Na 2 ^a versão, foi movido para o subdomínio B.4. SINTAXE	
coesão lexical	Referido na definição de coesão textual	
coesão interfrásica	Referido na definição de coesão textual	
coesão temporo-aspectual	Referido na definição de coesão textual	
	coerência / coerência textual	
coerência lógico-conceptual		
coerência pragmático-funcional		
	tipologia textual	
	configuração	
	sequencialidade / sequência textual	
protótipo textual	Referido na definição de tipologia textual	
protótipo textual narrativo	Referido na definição de tipologia textual	
protótipo textual descritivo	Referido na definição de tipologia textual	
protótipo textual argumentativo	Referido na definição de tipologia textual	
protótipo textual expositivo-explicativo	Referido na definição de tipologia textual	
protótipo textual injuntivo--instrucional	Referido na definição de tipologia textual	

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
protótipo textual dialogal-conversacional	Referido na definição de tipologia textual	
		isotopia
		tema/rema
		progressão temática
		paráfrase
		sentido
		digressão
		plurissignificação
		intertexto/ intertextualidade
		hipertexto
		metatexto
		autor
		leitor
		plano do texto
		pacto de leitura
		fragmento
		estilo
		ritmo
		exórdio
		epílogo
	paratexto	
	título	
índice	Referido na definição de paratexto	
	prefácio	
	posfácio	
		epígrafe
nota de rodapé		
bibliografia		Referido na definição de paratexto
	figura	
		tropo
		alegoria
		aliteração
		alusão
		amplificação
		anacoluto
	antítese	
		antonomásia
		apóstrofe
		catacrese
		comparação
		enumeração
		eufemismo

Conceitos incluídos apenas na 1.^a versão	Conceitos incluídos nas duas versões	Conceitos incluídos apenas na 2.^a versão
		gradação
		hipálage
	hipérbole	
		imagem
	ironia	
		lýtotes
	metáfora	
	metonímia	
		oximoro
		paradoxo
		perífrase
		personificação
		pleonasma
		preterição
		prosopopeia
		quiasmo
		sarcasmo
		símbolo
	sinédoque	
		sinestesia
		invenção
		disposição
		elocução
		memorização
		acção
		argumentação

2.3. ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

O domínio B7 da 1ª versão, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, passa a constituir, na 2ª versão, o domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

Neste domínio, como veremos, na 2ª versão, são mais os conceitos acrescentados do que os que foram excluídos, devido ao facto de não só terem sido introduzidos conceitos nas áreas da PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, como também devido ao facto de terem sido contempladas as áreas da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA. Efectivamente, nas quatro áreas foram acrescentados setenta e nove conceitos e foram excluídos apenas oito.

Comecemos por analisar os conceitos que se mantêm da 1ª para a 2ª versão, não podendo deixar de referir que na 2ª versão alguns conceitos são retomados, mas são incluídos em itens diferentes dos da 1ª versão ou são referidos nas definições dos conceitos com eles relacionados, o que contribui para a melhoria do documento em termos de articulação e coerência internas.

Analisemos, em primeiro lugar, os conceitos retomados na 2ª versão que são objecto de uma reorganização a nível dos itens onde são inseridos.

Os conceitos de **locutor, interlocutor, ouvinte, contexto, enunciação, enunciado, deixis, discurso, dialogismo, acto de fala, acto de fala indirecto, acto locutório, acto ilocutório, acto perlocutório, registo formal/informal e formas de tratamento** constam das duas versões.

Todavia, na 1ª versão, **locutor, interlocutor, ouvinte e contexto** constam do item B7.1, COMUNICAÇÃO VERBAL, **enunciação, enunciado e deixis** ocorrem no item B7.2, ENUNCIÇÃO, **discurso, dialogismo, acto de fala, acto locutório, acto ilocutório, acto perlocutório, princípio de cooperação, princípio de cortesia** e as **máximas conversacionais** fazem parte dos PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA (B7.3) e **registo formal/informal e formas de tratamento** estão incluídos no item ADEQUAÇÃO DISCURSIVA (B7.4). Na 2ª versão, todos os conceitos acima referidos são agrupados no item C.1.1., COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS.

Assim, constata-se que, na 2ª versão, procedeu-se à reorganização dos conceitos, no sentido de agrupar os conceitos em itens mais abrangentes, tornando o documento

mais coerente e menos compartimentado, ou seja, os conceitos que na 1ª versão pertenciam a quatro itens (COMUNICAÇÃO VERBAL, ENUNCIAÇÃO, PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA e ADEQUAÇÃO DISCURSIVA) passam a estar inseridos em apenas um item (COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS).

Os conceitos de **uso oral** e **uso escrito**, que fazem parte do item B7.4, ADEQUAÇÃO DISCURSIVA, são substituídos, na 2ª versão, pelos conceitos de **oralidade** e de **escrita**.

No que diz respeito aos PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA, presentes nas duas versões, na mais recente, são retomados os **princípios de cooperação** e **de cortesia** e as **máximas conversacionais**, como já foi referido, e é acrescentado o **princípio de pertinência**.

Ambas as versões apresentam as **máximas conversacionais**, designadamente de **quantidade**, de **qualidade**, de **modo** e de **relevância**, na 1ª versão e de **relação**, na 2ª.

Grice, em “Logic and conversation”, apresenta o **princípio de cooperação**, segundo o qual “our talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks, and would not be rational if they did. They are characteristically, to some degree at least, cooperative efforts” (1975: 45), ou seja, qualquer conversa é, por definição, cooperativa, o que implica que os participantes numa conversa respeitem as quatro máximas atrás referidas.

Segundo Grice, a **máxima da relação** consiste em ser-se relevante “under the category of RELATION I place a single maxim, namely, ‘Be relevant.’” (1975: 46).

Por outro lado, Sperber e Wilson (2004), na esteira de Grice, propõem a Teoria da Relevância: “we will introduce the basic cognitive notion of relevance and the Cognitive Principle of Relevance, which lay the foundation for the relevance-theoretic approach to pragmatics.”

Como já foi referido, acrescentou-se, na 2ª versão, o **princípio de pertinência**. Este corresponde ao princípio de relevância, formulado por Sperber e Wilson. Na definição do conceito, afirma-se que “a formulação deste princípio é claramente pós-griceana, pois resulta do aprofundamento dos pressupostos e das consequências da máxima de relação elaborada por H.P. Grice no âmbito do seu princípio de cooperação.”¹⁰

¹⁰ Disponível em <http://dt.dgdc.min-edu.pt/>

“Os autores utilizam o termo relevância como “um conceito teórico útil, centrado na relação de equilíbrio entre efeitos cognitivos e esforço de processamento, para explicar como indivíduos interpretam informações nos contextos comunicativos” (Silveira e Feltes, 1999:38).

Pelo exposto, consideramos que a designação da 2ª versão, **máxima da relação**, segundo Grice, é mais adequada e mais correcta e que se justifica a inclusão do **princípio da pertinência ou relevância**, formulado por Sperber e Wilson.

No item RELATO DE DISCURSO, na 1ª versão e REPRODUÇÃO DO DISCURSO NO DISCURSO, na 2ª, são comuns os conceitos de **discurso directo**, **discurso indirecto** e **discurso indirecto livre**. Regista-se apenas, na 2ª versão, a inclusão dos conceitos de **citação** e **discurso directo livre** e, na definição deste último, a referência aos **verbos introdutores de relato de discurso**.

Relativamente aos PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS (B7.6, na 1ª versão e C.1.1.3., na 2ª), ambas as versões contêm os conceitos de **pressuposição** e de **implicaturas conversacionais**, com a ressalva de que na 1ª versão, este último conceito encontra-se no singular. Neste item, na 2ª versão, acrescenta-se o conceito de **implicação**.

Retomam-se, ainda, da 1ª para a 2ª versão, os conceitos de **texto**, **coesão**, **anáfora**, **catáfora**, **co-referência não anafórica**, **coerência**, **tipologia textual**, **sequência textual** (**sequencialidade**, na 1ª versão), **configuração**, **paratexto**, **título**, **prefácio** e **posfácio**.

No entanto, enquanto na 2ª versão todos estes conceitos estão incluídos no item TEXTO (C.1.2.), na 1ª versão, estão distribuídos por três itens: **coesão**, **coerência**, **anáfora**, **catáfora** e **co-referência não anafórica** ocorrem no item B.7.7, TEXTO; **sequencialidade** e **configuração** constam do item B.7.8, TIPOLOGIA TEXTUAL e **título**, **prefácio** e **posfácio** estão incluídos no item B.7.9, PARATEXTO. Verifica-se, assim, que os termos **tipologia textual** e **paratexto** que constituem itens na 1ª versão, passam a corresponder a conceitos, na 2ª. O conceito de **elipse** é movido para o subdomínio B.4., SINTAXE.

Por outro lado, o conceito de **figura**, bem como as figuras **antítese**, **hipérbole**, **ironia**, **metáfora**, **metonímia** e **sinédoque** passam a fazer parte, na 2ª versão, das FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS (C.1.3.1.), integradas nos INSTRUMENTOS E OPERAÇÕES DE RETÓRICA (C.1.3.).

Deste modo, consideramos que o documento da 2ª versão apresenta uma maior coerência interna, uma vez que insere no mesmo item (TEXTO) os conceitos com ele relacionados. Com efeito, no âmbito da LINGÜÍSTICA TEXTUAL, o TEXTO é considerado “a forma específica de existência da linguagem (...), uma vez que a intercomunicação se realiza através de textos e não de frases isoladas ou justapostas” (Lopes, 1984: 91). Para que o TEXTO seja “um todo estrutural coerente com uma organização interna que o configura como unidade semântica e pragmática específica no quadro de um determinado processo comunicativo” (*id*: 93), os mecanismos linguísticos de coesão (anáfora, co-referência, tema-rema, etc) e de coerência são fundamentais. Daí que seja pertinente incluir estes conceitos no item TEXTO.

Como já foi referido, na 2ª versão, há um número significativo de conceitos que são retomados, não como entradas lexicais independentes, mas sim referidos nas definições dos conceitos gerais. Apresentamos, em seguida, os vinte e quatro termos que sofreram essa alteração:

- os tipos de **acto ilocutório** (**acto ilocutório assertivo**, **acto ilocutório directivo**, **acto ilocutório compromissivo**, **acto ilocutório expressivo** e **acto ilocutório declarativo**), que constam da 1ª versão, são referidos na definição de **acto ilocutório**;

- o conceito de **força ilocutória** é mencionado nas definições de **acto de fala directo** e de **acto ilocutório**;

- os conceitos de **contexto situacional** e de **contexto verbal** ocorrem na definição do conceito de **contexto**;

- o conceito de **saber compartilhado** é referido na definição do conceito de **implicaturas conversacionais**;

- os conceitos de **cadeia de referência**, **coesão lexical**, **coesão interfrásica** e **coesão temporo-aspectual** são integrados na definição do conceito de **coesão textual**;

- o conceito de **protótipo textual** e todos os tipos de **protótipo textual**: **narrativo**, **descritivo**, **argumentativo**, **expositivo-explicativo**, **injuntivo-instrucional**, e **dialogal-conversacional** são referidos e descritos na definição do conceito de **tipologia textual**;

- os conceitos de **índice** e de **bibliografia** constam da definição de **paratexto**.

- o conceito de **verbos introdutórios** é referido na definição de **discurso directo livre** e o conceito de **coordenadas enunciativas** é mencionado na definição do conceito de **discurso indirecto**.

São excluídos, na 2ª versão oito conceitos: **universo de referência, meio (oral e escrito), acto ilocutório declarativo assertivo, face, elipse, coerência lógico-conceptual, coerência pragmático-funcional e nota de rodapé.**

Referimos, agora, os conceitos acrescentados, na 2ª versão, no item C.1.1., COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS: **emissor, destinatário, receptor, enunciador, universo de discurso, interdiscurso/interdiscursividade, monólogo, diálogo, polifonia, informação, enciclopédia, acto de fala directo, acto de fala indirecto, competência discursiva, estratégia discursiva, marcadores discursivos, conectores discursivos, princípio de pertinência, citação, discurso directo livre e implicação.**

No item TEXTO, a 2ª versão acrescenta os seguintes conceitos: **texto/textualidade, co-texto, macroestruturas, microestruturas textuais, isotopia, tema/rema, progressão temática, paráfrase, sentido, digressão, plurissignificação, intertexto/intertextualidade, hipertexto, metatexto, autor, leitor, plano do texto, pacto de leitura, fragmento, estilo, ritmo, exórdio, epílogo e epígrafe.**

Passamos, agora ao último item da 2ª versão, FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS, que introduz também uma série de conceitos em relação à 1ª versão, retomando-se, apenas, as figuras anteriormente referidas, incluídas, na 1ª versão, nos PROCESSOS INFERENCIAIS.

De facto, neste item (C.1.3.1.), são acrescentados os conceitos seguintes: **tropo, acumulação, alegoria, aliteração, alusão, amplificação, anacoluto, antonomásia, apóstrofe, comparação, enumeração, eufemismo, gradação, hipálage, hipérbato, imagem, lítotes, oximoro, paradoxo, perífrase, personificação, pleonismo, preterição, prosopopeia, quiasmo, sarcasmo, símbolo e sinestesia.**

Do mesmo modo, são introduzidas as OPERAÇÕES RETÓRICAS (C.1.3.2.), que incluem os conceitos de **invenção, disposição, elocução, memorização e acção** e a RETÓRICA ARGUMENTATIVA (C.1.3.3.), que apresenta o conceito de **argumentação.**

2.4. CONCLUSÕES

O trabalho que desenvolvemos, neste capítulo, permite-nos retirar algumas conclusões.

No subdomínio da LEXICOLOGIA, na 2ª versão foram retomados vinte e três dos quarenta e cinco conceitos da 1ª versão e foram acrescentados apenas quatro, o que nos permite dizer, com toda a clareza, que a 2ª versão apresenta uma redução de 40% dos conceitos nesta área.

Importa ainda referir que, na 2ª versão, treze conceitos foram totalmente excluídos da área da LEXICOLOGIA.

Seis conceitos foram movidos para outros domínios ou subdomínios, em função dos seguintes princípios:

- para evitar a repetição do mesmo conceito em diferentes áreas, como é o caso do conceito de **palavra**, que foi movido para o domínio da MORFOLOGIA, do qual também fazia parte na 1ª versão;

- para reinserir conceitos em domínios mais adequados, o que se verifica com o conceito de **termo**, que foi movido para o domínio da LEXICOGRAFIA, bem como com os conceitos de **homonímia**, **homofonia**, **homografia** e **paronímia**, que foram movidos para o domínio da REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, no item RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS ESCRITAS E ENTRE GRAFIA E FONIA.

Por outro lado, dois termos deixaram de constituir entradas lexicais isoladas e passaram a ser referidos na definição do conceito geral; deste modo, na definição de **sinonímia**, mencionam-se os conceitos de **sinonímia total** e de **sinonímia parcial**.

Foram acrescentados apenas os conceitos de **expressão idiomática**, **arcaísmo**, **família de palavras** e **truncação**.

Na área da SEMÂNTICA, a 1ª versão apresenta sessenta e um conceitos enquanto a 2ª versão reduz a lista para dezoito conceitos, o que corresponde a uma redução de 70%.

Efectivamente, na 2ª versão retomam-se apenas onze conceitos; foram totalmente excluídos dezoito conceitos e foram referidos no interior das definições vinte e cinco conceitos.

Por último, houve seis conceitos que foram movidos para outro domínio ou subdomínio: os conceitos de **deixis** e de **anáfora** são movidos da SEMÂNTICA para o domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL e os conceitos de **referência deíctica**, **deixis pessoal**, **deixis temporal** e **deixis espacial** são também movidos para este domínio ao serem referidos na definição de **deixis**.

Foram acrescentados apenas sete conceitos.

O domínio B7 da 1ª versão, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, integra setenta e sete conceitos. Na 2ª versão, o domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL apresenta cento e vinte e seis conceitos, verificando-se, assim, nestas áreas, um aumento de quarenta e oito conceitos.

A 2ª versão, nestas áreas, retoma quarenta e cinco conceitos da 1ª versão.

São integrados nas definições vinte e quatro conceitos, o que contribui significativamente para uma melhor articulação dos conceitos e uma maior coerência do documento. De facto, são retomados os conceitos mais gerais e são tratados os casos específicos nas respectivas definições, como por exemplo, os tipos de **acto ilocutório** (**acto ilocutório assertivo, acto ilocutório directivo, acto ilocutório compromissivo, acto ilocutório expressivo e acto ilocutório declarativo**) são referidos na respectiva definição e todos os tipos de **protótipo textual: narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo-explicativo, injuntivo-instrucional, e dialogal-conversacional** são referidos e descritos na definição do conceito de **tipologia textual**.

No domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, a 2ª versão da TLEBS acrescenta setenta e nove conceitos:

- vinte e um no âmbito da ANÁLISE DO DISCURSO (C.1.1., COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS);

- vinte e quatro no domínio da PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL (C.1.2., TEXTO);

- Trinta e quatro na área da RETÓRICA (C.1.3.1., FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS C.1.3.2., OPERAÇÕES RETÓRICAS e C.1.3.3., RETÓRICA ARGUMENTATIVA).

É de sublinhar a importância dos conceitos acrescentados para a prática lectiva, nomeadamente os PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA, uma vez que a exploração destes aspectos pode ajudar os alunos a adequar o seu discurso à efectiva situação de comunicação em que se encontram, bem como à intenção discursiva que os move.

Foram excluídos apenas oito conceitos.

A pertinência da exclusão, inclusão ou aditamento dos conceitos, tendo em conta os Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário, constitui a temática que nos propomos analisar no capítulo V.

CAPÍTULO III

DEFINIÇÕES DOS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS

No capítulo anterior, apresentámos as diferenças entre as duas versões da TLEBS, ao nível dos conceitos. Assim, referimos os conceitos que se mantêm, os que foram acrescentados e os que foram excluídos da 2ª versão da TLEBS.

O objectivo do presente capítulo será, pois, o de comparar uma amostra de conceitos comuns às duas versões, ao nível da definição desses mesmos conceitos.

Seleccionamos os conceitos que, na nossa opinião, podem ser exemplificativos das alterações que ocorreram em relação a outros conceitos. Por outro lado, analisaremos definições de conceitos que consideramos relevantes nos Ensinos Básico e Secundário ou estruturantes de uma dada área.

A questão central será se a 2ª versão da TLEBS apresenta, nas áreas estudadas, definições mais curtas e mais claras dos conceitos. Procuraremos ainda verificar se com a revisão se procurou uniformizar o formato das definições, uma vez que esse era um dos aspectos que se pretendia melhorar na 2ª versão, de acordo com o *Relatório da revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*: “A revisão da Base de dados da TLEBS obedeceu aos seguintes critérios: (...) Reescrita de algumas definições em benefício da clareza e/ou uniformização do estilo.”¹¹

Deste modo, propomo-nos fazer referência às alterações que foram introduzidas nas definições da 2ª versão, de acordo com os seguintes critérios:

- clareza das definições;
- extensão das definições;

¹¹ *Relatório da revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (2007). Lisboa: Ministério da Educação - DGIDC. Disponível em http://www.netprof.pt/pdf/revisao_TLEBS_2007.pdf.

- formato das definições.

Começaremos por fazê-lo, em 4.1., na área da LEXICOLOGIA e em 4.2., na área da SEMÂNTICA e, em seguida, em 4.3., analisaremos o domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

3.1. LEXICOLOGIA

Nas definições de todos os conceitos na área da LEXICOLOGIA (SEMÂNTICA LEXICAL, na 1ª versão), verifica-se a alteração dos seguintes termos: de “lexema”, “vocábulo” e “unidade lexical”, na 1ª versão, para “palavra”, na 2ª, assim como de “recursos lexicais” e “morfemas” para “constituintes morfológicos”.

De facto, **léxico**, na 1ª versão, corresponde a um “conjunto ilimitado e aberto de *lexemas* que constituem os recursos lexicais disponíveis numa língua de uma comunidade ou de um locutor”¹², enquanto na 2ª versão, é definido como um “conjunto de todas as *palavras*¹³ ou *constituintes morfológicos*¹⁴ portadores de significado possíveis numa língua, independentemente da sua actualização em registos específicos”¹⁵. Quanto ao conceito de **vocabulário**, a 1ª versão define-o como um “conjunto exaustivo dos *vocábulos* actualizados a nível do discurso, por um determinado locutor, numa situação de oralidade ou de escrita”¹⁶, a 2ª versão como um “conjunto exaustivo das *palavras*¹⁷ que ocorrem num determinado contexto de uso”¹⁸. Ainda outro exemplo desta alteração ocorre nos conceitos de **denotação** e de **conotação**, os quais correspondem, respectivamente a uma “componente fundamental e estável da significação da unidade *lexical*”¹⁹ e a uma “componente instável da unidade *lexical*”²⁰, na 1ª versão, enquanto na 2ª versão, denotação é o “significado literal e estável de uma *palavra*²¹ ou expressão”²², e conotação designa o(s) “significado(s)

¹²Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

¹³Itálico nosso.

¹⁴Itálico nosso.

¹⁵Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹⁶Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

¹⁷Itálico nosso.

¹⁸Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹⁹Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

²⁰Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

²¹Itálico nosso.

secundário(s) associado(s) a uma *palavra*²³ ou expressão que não corresponde(m) ao seu sentido literal²⁴.

Verificamos que, de uma maneira geral, as definições da 2ª versão são mais curtas. Vejamos, por exemplo, as definições de **denotação** e de **conotação**:

Na 1ª versão, **denotação** é: “Componente fundamental e estável da significação da unidade *lexical*, não subjectiva e analisável fora do discurso.”²⁵

Na 2ª versão: “Significado literal e estável de uma palavra ou expressão.”²⁶

Conotação, na 1ª versão, é definida como: “Componente instável da unidade *lexical* que remete para um conjunto de significações secundárias que se agregam ao sentido conceptual ou cognitivo estável, designado por *denotação*.”²⁷

Na 2ª versão: “Significado(s) secundário(s) associado(s) a uma palavra ou expressão que não corresponde(m) ao seu sentido literal.”²⁸

Verifica-se também, sempre que possível, a tentativa de uniformização do formato das definições.

Nesse sentido, verifica-se que, na 2ª versão, a reescrita das definições foi feita de acordo com os itens onde os conceitos estão incluídos.

Na 2ª versão, a definição dos conceitos que constituem o item PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS, tais como **extensão semântica**, **empréstimo** e **amalgama**, inicia-se sempre por *Processo*:

Extensão semântica - Processo através do qual uma palavra existente adquire um novo significado.

Empréstimo – Processo de transferência de uma palavra de uma língua para outra.

²² Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

²³ Itálico nosso.

²⁴ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

²⁵ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

²⁶ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

²⁷ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

²⁸ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

Amálgama - Processo irregular de formação de palavras que consiste na criação de uma palavra a partir da junção de partes de duas ou mais palavras.

O mesmo não se verifica na 1ª versão: a definição de **extensão semântica** começa por *Característica*; a de **empréstimo** inicia-se por *Fenómeno* e o conceito de **amálgama** já é definido como um *Processo*:

Extensão semântica – Característica própria da evolução das unidades *lexicais*, no seio da dinâmica da língua, cujos conteúdos semânticos são susceptíveis de adquirir novas *polissemias*, através do uso.

Empréstimo – Fenómeno de intercâmbio lexical entre dois sistemas linguísticos ou entre dois universos de referência dentro da mesma língua.

Amálgama - Processo morfológico que permite criar novas unidades *lexicais* a partir da fusão de duas ou mais unidades *lexicais* truncadas.

Ainda no âmbito dos PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS, na 2ª versão, os conceitos de **sigla**, **acrónimo** e **onomatopeia** são definidos como *palavra formada por / palavra criada através de*:

Sigla – Palavra formada através da redução de um grupo de palavras às suas iniciais, as quais são pronunciadas de acordo com a designação de cada letra.

Acrónimo - Palavra formada através da junção de letras ou sílabas iniciais de um grupo de palavras, que se pronuncia como uma palavra só, respeitando, na generalidade, a estrutura silábica da língua.

Onomatopeia - Palavra criada por imitação de um som natural.

Na 1ª versão, **sigla** consiste num *Processo*; **acronímia** é descrita enquanto *Conjunto de processos morfológicos* e **onomatopeia** é uma *unidade lexical criada por*:

Sigla – Processo morfológico consistindo na redução de uma *palavra* ou de um grupo de *palavras* às suas iniciais, para designar organismos, partidos políticos, associações, clubes desportivos, etc.

Acrónimo - Conjunto de processos morfológicos que levam à formação de acrónimos, cuja particularidade é a de serem pronunciados como uma *palavra* corrente; apresentam-se sob a forma de siglas, amálgamas ou de novas unidades *lexicais*.

Onomatopeia - Unidade *lexical* criada por imitação de um som natural.

Na 2ª versão, verifica-se, sempre que possível, a tentativa de uniformização do formato das definições, bem como a definição dos conceitos de acordo com os itens onde estão inseridos, o que está bem patente no item B5.2., SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS, no interior do qual, os conceitos de **hiperonímia**, **hiponímia**, **holonímia**, **meronímia**, **sinonímia** e **antonímia** são descritos como *relações semânticas*, assim como no item B.5.3., PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS, os conceitos de **extensão semântica**, **empréstimo** e **amálgama** são descritos enquanto *Processos*.

3.2. SEMÂNTICA

Analisemos, agora, as definições dos conceitos na área da SEMÂNTICA (SEMÂNTICA FRÁSICA na 1ª versão).

Podemos afirmar, mais uma vez, que, de uma maneira geral, as definições da 2ª versão são mais curtas.

Veja-se, por exemplo, a definição do conceito de **predicação**. Ambas as versões o definem como: “atribuição de uma propriedade a uma entidade ou estabelecimento de uma relação entre entidades.”

No entanto, a 1ª versão acrescenta as seguintes informações:

“Às expressões linguísticas que desempenham esta função, dá-se normalmente o nome de expressões predicativas. Combinadas com as expressões referenciais, estas expressões predicativas (ou predicadores) dão origem a conteúdos proposicionais. A predicação pode ser realizada por predicadores verbais, adjectivais ou nominais.”²⁹

Dada a importância deste conceito no estudo da nossa língua, cremos que a informação que foi suprimida era essencial à compreensão da noção de predicação e,

²⁹ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

como tal, devia ter sido mantida. Efectivamente, consideramos que, deste modo, houve perda de informação na 2ª versão.

Por outro lado, há alguns conceitos, na 2ª versão, cujas definições são mais extensas, relativamente às da 1ª versão. Concordamos com esta opção, na medida em que se trata de conceitos relevantes no Ensino Básico e Secundário ou estruturantes de uma dada área.

Propomos, por essa razão, fazer uma análise mais detalhada da definição de **tempo**: “categoria gramatical que localiza temporalmente o que é expresso numa predicação. A categoria tempo pode ser expressa de diferentes formas, muitas vezes associadas: através da flexão verbal, de verbos auxiliares, de grupos adverbiais ou preposicionais, de orações temporais, da ordem relativa entre orações coordenadas copulativas, etc. A localização temporal pode ser estabelecida em função do momento em que um enunciado é produzido (funcionando deicticamente), ou em função de um valor temporal expresso que é tomado como ponto de referência ou perspectiva (funcionando anaforicamente). Através desta categoria, é possível estabelecer relações de ordem cronológica de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade face ao tempo que é tomado como referência.”³⁰

Na 1ª versão, a definição de **tempo** é a seguinte: “o tempo linguístico é uma categoria gramatical que exprime a localização de uma situação representada por um conteúdo proposicional num sistema referencial definido pelas coordenadas enunciativas locutor e tempo da enunciação. É assim possível a interpretação referencial desse conteúdo proposicional. Por ser, geralmente, dependente das coordenadas *enunciativas*, o tempo é por vezes considerado uma categoria deíctica. O tempo de um enunciado pode não ser directamente localizado em relação às coordenadas que definem a enunciação. Pode ser construído linguisticamente um outro ponto de referência. Pode também não haver localização em relação às coordenadas enunciativas. É o caso dos enunciados habituais e dos enunciados genéricos. O tempo associado a um enunciado é definido como um instante ou como uma sequência de instantes. O tempo intrínseco ou interno de uma situação é expresso no seu aspecto lexical. O seu tempo extrínseco define-se como uma relação de ordem cronológica entre o tempo do enunciado e uma

³⁰ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

coordenada temporal que se constitui como ponto de referência. Essa relação de ordem permite estabelecer os valores temporais.”³¹

Em primeiro lugar, definir **tempo** como uma “categoria gramatical que localiza temporalmente o que é expresso numa predicação”³² remete apenas para um outro conceito: o de **predicação**.

Por outro lado, afirmar que “o tempo linguístico é uma categoria gramatical que exprime a localização de uma situação representada por um conteúdo proposicional num sistema referencial definido pelas coordenadas enunciativas locutor e tempo da enunciação”³³, remete para os conceitos de **conteúdo proposicional**, **locutor** e **enunciação**.

Em segundo lugar, consideramos que, na 2ª versão, apresenta-se de modo claro como se procede à localização temporal por meios linguísticos: “ (...) em função do momento em que um enunciado é produzido (funcionando deicticamente), ou em função de um valor temporal expresso que é tomado como ponto de referência ou perspectiva (funcionando anaforicamente).”³⁴

A 1ª versão apresenta alguma fragilidade do ponto de vista formal e de conteúdo, na medida em que repete o verbo “poder”, quer pela forma afirmativa, quer pela forma negativa: “o tempo de um enunciado pode não ser directamente localizado em relação às coordenadas que definem a enunciação. Pode ser construído linguisticamente um outro ponto de referência. Pode também não haver localização em relação às coordenadas enunciativas.”³⁵

Assim, ao contrário da definição proposta na 2ª versão que apresenta duas situações claras para se estabelecer a localização temporal (em função do momento em que um enunciado é produzido ou em função de um valor temporal expresso que é tomado como ponto de referência ou perspectiva), a 1ª versão apresenta uma formulação ambígua e pouco clara, que dá a ideia de que tudo é possível e de que não há regras.

Finalmente, em relação a este conceito, são ainda descritas, na definição da 2ª versão, as relações de ordem cronológica de **simultaneidade**, **anterioridade** e

³¹ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

³² Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

³³ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

³⁴ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

³⁵ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

posterioridade, uma vez que esses conceitos que fazem parte da 1ª versão, não foram retomados na 2ª, enquanto entradas lexicais independentes. Daí que faça todo o sentido o facto de serem mencionados nesta categoria, articuladas com o conceito de **tempo**.

Pelas razões atrás expostas, consideramos a definição da 2ª versão mais clara e mais completa, ao relacionar no interior do conceito de **tempo** os conceitos de **simultaneidade, anterioridade e posterioridade**.

Por outro lado, a definição do conceito de **modalidade** na 2ª versão parece-nos um pouco incompleta se compararmos com a da 1ª versão. Não obstante a boa articulação dos conceitos de **modalidade apreciativa, valores de probabilidade ou certeza (modalidade epistémica)** e de **valores de permissão ou de obrigação (valor deôntico)**, foi suprimida informação importante nomeadamente a definição destes conceitos.

De facto, na 2ª versão, apresenta-se **modalidade** como uma “categoria gramatical que exprime a atitude do locutor face a um enunciado ou aos participantes do discurso.”³⁶ São ainda referidos os conceitos de **modalidade apreciativa, modalidade epistémica, valores de probabilidade ou certeza, valor deôntico e valores de permissão ou de obrigação**, sem serem, contudo, definidos: “a modalidade permite expressar apreciações sobre o conteúdo de um enunciado ou representar valores de probabilidade ou certeza (modalidade epistémica) ou de permissão ou obrigação (valor deôntico).

Acrescenta-se apenas que “a modalidade pode ser expressa de muitas formas diferentes: através da entoação, da variação no modo verbal, através de advérbios, de verbos modais (auxiliares como “dever”, poder”... ou principais com valor modal como “crer”, “pensar”, “obrigar”, ...), etc.”³⁷

Na 1ª versão, em primeiro lugar, define-se o conceito de **modalidade** enquanto categoria gramatical que “exprime diferentes tipos, e em cada tipo diferentes graus, da atitude do *locutor* relativamente ao conteúdo *proposicional* do seu enunciado e ao seu *interlocutor*. Os valores modais podem ser subdivididos em *epistémicos, deônticos e apreciativos*.”³⁸.

Seguem-se as definições isoladas destes valores modais:

³⁶ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

³⁷ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

³⁸ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

- **modalidade epistémica:** “os valores epistémicos exprimem a atitude do *locutor* relativamente à verdade ou falsidade do conteúdo *proposicional* do seu enunciado. Essa atitude baseia-se no grau de conhecimento que está na origem do juízo emitido. De acordo com esse grau de conhecimento, propõe-se a classificação dos valores epistémicos em valores de *certeza* (ex.1³⁹), valores de *probabilidade* (ex.2⁴⁰) e valores de *possibilidade* (ex.3⁴¹).”⁴²

- **modalidade deôntica:** “os enunciados com valor deôntico exprimem juízos através dos quais o *locutor* procura agir sobre o seu *interlocutor* impondo (ex.1⁴³), proibindo (ex.2⁴⁴) ou autorizando (ex.3⁴⁵) a realização da situação representada pelo conteúdo *proposicional*, num tempo necessariamente posterior ao tempo de emissão do juízo deôntico. A *modalidade* deôntica é uma *modalidade* intersujeitos, pressupondo uma relação hierárquica entre o *locutor*, origem deôntica, e o *interlocutor*, alvo deôntico. Pode haver um alvo deôntico último, distinto do *interlocutor*, limitando-se este a ser intermediário (ex.4⁴⁶, 5⁴⁷ e 6⁴⁸). A *modalidade* deôntica é igualmente uma *modalidade* interagentiva: os valores deônticos só ocorrem, geralmente, se o conteúdo *proposicional* for [+Dinâmico] e se o *argumento* com função de *sujeito* sintático for caracterizado como [+Agente]. Os valores deônticos subdividem-se tradicionalmente em valores de *obrigação* e valores de *permissão*.”⁴⁹

- **modalidade apreciativa:** “os valores da modalidade apreciativa exprimem um juízo valorativo, positivo ou negativo, emitido sobre um enunciado com valor *assertivo*, isto é, que o *locutor* constrói com valor de *certeza*. Em (1)⁵⁰ o valor apreciativo incide sobre um valor *assertivo* positivo - o João perdeu o **ano** - construído numa *enunciação* anterior (*verbo* no *conjuntivo*); em (2)⁵¹ o valor apreciativo incide sobre um valor

³⁹ “O João chegou/não chegou ontem.”

⁴⁰ “O João deve/não deve ter chegado ontem.”

⁴¹ “Pode ser que o João tenha/não tenha chegado ontem.”

⁴² Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁴³ “Sai imediatamente!”

⁴⁴ “Não saias!”

⁴⁵ “Podes sair.”

⁴⁶ “O João tem de sair já.”

⁴⁷ “O João não pode ficar cá.”

⁴⁸ “O João pode sair.”

⁴⁹ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁵⁰ “Lamento que o João tenha perdido o ano.”

⁵¹ “Felizmente (que) o João não perdeu o ano.”

assertivo negativo - o João não perdeu o **ano** - construído na mesma *enunciação* (*verbo* no *indicativo*). A modalidade apreciativa pode também, entre outros, ser expressa por construções *exclamativas* (ex.3⁵² e 4⁵³).”⁵⁴

Assim, consideramos que, apesar de haver alguma informação repetida que podia ser suprimida, as definições destes conceitos da 1ª versão são mais completas e adequadas aos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário.

3.3. ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

No capítulo anterior analisámos os conceitos acrescentados e excluídos na 2ª versão, relativamente a este domínio. Cremos ser importante voltar a referir que neste domínio foi acrescentado um número significativo de conceitos, o que permitirá explicar as grandes alterações surgidas ao nível das definições dos conceitos desta área.

De facto, na 1ª versão, apresentam-se os conceitos de **locutor**, **interlocutor** e **ouvinte**; já a 2ª versão acrescenta a estes conceitos os de **emissor**, **destinatário** e **receptor**. Daí que a 2ª versão distinga **emissor** (enquanto “ pessoa que (...) produz o enunciado, o discurso e o texto, orais ou escritos ...”⁵⁵) de **locutor** (enquanto “ pessoa que fala e que produz portanto um acto discursivo no âmbito de uma situação de comunicação oral”⁵⁶). Nesta última definição, acrescenta-se ainda que “ (...) o espectro semântico do termo é assim menos amplo que o de emissor, pois não se utiliza locutor para designar o autor de discursos ou textos escritos.”⁵⁷ Por outro lado, na 1ª versão, locutor é uma “instância produtora do discurso”⁵⁸. Consideramos que os conceitos acrescentados são importantes no âmbito da COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS. Acresce ainda que se trata de conceitos operatórios e presentes nos Programas de Português.

A definição de **contexto** merece algumas reflexões. Na 1ª versão, definem-se os conceitos de **contexto situacional** e **contexto verbal**, enquanto na 2ª se define apenas o

⁵² “Que dia tão chuvoso!”

⁵³ “Como ela nada bem!”

⁵⁴ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁵⁵ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁵⁶ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁵⁷ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁵⁸ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

conceito de **contexto**. No entanto, na definição deste conceito, definem-se os contextos verbal e extraverbal. Além disso, na definição de **contexto extraverbal**, menciona-se que este “compreende o contexto situacional”⁵⁹.

Na 2ª versão, primeiro, define-se o conceito de **contexto**: “conjunto de elementos linguísticos e não-linguísticos que rodeiam uma unidade linguística, seja qual for a sua extensão” e, em seguida, distingue-se o **contexto verbal** (“conjunto de elementos da linearidade textual no qual se insere uma unidade linguística”⁶⁰) do **contexto extraverbal** (“conjunto de factores comunicativo-situacionais que condicionam e orientam o acto de enunciação”⁶¹).

Na 1ª versão não se define o conceito de **contexto**, mas somente os conceitos de **contexto verbal** e de **contexto situacional**, separadamente.

Nesse sentido, consideramos a definição da 2ª versão mais completa e mais coerente.

Verifica-se ainda a alteração de **contexto situacional**, na 1ª versão, para **contexto extraverbal**. Mais uma vez, consideramos adequada esta mudança, na medida em que o **contexto extraverbal**, por oposição ao **contexto verbal**, “compreende o contexto situacional, que diz respeito ao locutor e ao interlocutor e ao tempo e ao espaço em que o enunciado se insere (...); o contexto sociocultural, que condiciona histórica, social, cultural e simbolicamente a produção e a interpretação textuais; e o universo de discurso.”⁶²

Verifica-se também que na 1ª versão algumas definições são apresentadas pela negativa, o que na 2ª versão raramente acontece. Por exemplo, na definição do conceito de **enunciado**, afirma-se que “o sentido do enunciado não é dedutível da frase; ele não é o resultado da soma do significado da frase mais um conjunto de factores contextuais; antes corresponde a uma representação da sua enunciação”⁶³.

Na 2ª versão, **enunciado** é “(...) semanticamente auto-suficiente e sintacticamente independente, que forma parte da cadeia de um texto, oral ou escrito, na qual os enunciados se concatenam em conformidade com os critérios de coesão e de coerência textuais e com o princípio da progressão temática.”⁶⁴ Na verdade, uma definição pela positiva, do ponto de vista conceptual, compreende-se melhor e é mais

⁵⁹Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁶⁰Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁶¹Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁶²Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁶³Disponível <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁶⁴Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

clara do que uma definição, como a da 1ª versão, que apresenta, primeiro, duas formulações pela negativa, para, finalmente, definir o conceito, pela afirmativa.

Na definição de **deixis**, a 2ª versão retoma a definição da 1ª, com pequenas alterações, tais como as expressões “realidades”, “sujeito que enuncia” e “enunciação”, na 2ª versão, que são substituídas, respectivamente por “referentes”, “enunciador” e “acto enunciativo”.

Ambas as versões apresentam o seguinte: “a rede de referenciação instituída pelos deícticos tem como ponto primordial de cálculo o próprio sujeito que fala, no momento em que fala. “Eu” é aquele que diz “Eu” no momento em que o está a dizer. É esta a coordenada que gera todas as outras. “Tu” aquele a quem “eu” me dirijo; “agora”, no momento em que “eu” falo”; “aqui”, no espaço em que falo; (...) Têm então referenciação deíctica: os pronomes pessoais, pronomes e determinantes possessivos, demonstrativos, artigos, advérbios de lugar e tempo, os tempos verbais e ainda alguns lexemas (“ir”/“vir”; “chegar”/“partir”, etc).”⁶⁵ No entanto, a 2ª versão é mais completa, na medida em que acrescenta a estas “algumas preposições e locuções prepositivas, alguns adjectivos (actual, contemporâneo, futuro, etc.) e alguns nomes (véspera).”⁶⁶

A 2ª versão retoma a definição de **dialogismo** da 1ª versão, eliminando, contudo, duas partes. Na 1ª versão, volta-se a explicar o que se entende por “diálogo”. Na 2ª versão, considera-se, portanto, que essa noção já estaria devidamente definida ao afirmar que “toda a actividade discursiva institui, sob diversas formas de realização, uma relação de diálogo.”⁶⁷ A segunda parte que é excluída da 2ª versão consiste na apresentação de um exemplo de monólogo – a escrita diarística. Deste modo, a definição da 2ª versão torna-se mais curta, incluindo a informação que é essencial à definição do conceito.

Analisemos, agora, as alterações que se verificam nas definições dos conceitos de **acto de fala**, **acto locutório** e **acto ilocutório**.

A definição do conceito do **acto de fala** da 1ª versão torna-se demasiado extensa por incluir a explicação do conceito, no âmbito da teoria pragmática de Austin, segundo a qual “a elocução de determinada frase se orienta para a realização de certo acto ilocutório...”⁶⁸, bem como os seis tipos de **acto ilocutório** apresentados por Searle (**assertivo**, **directivo**, **compromissivo**, **expressivo**, **declarativo** e, dentro deste,

⁶⁵ Disponível <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁶⁶ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁶⁷ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁶⁸ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

declarativo assertivo). Seguem-se as definições de **acto locutório**, **acto perlocutório** e **acto ilocutório** e, mais uma vez, as definições dos cinco **tipos de actos ilocutórios**, como entradas lexicais independentes.

Por outro lado, na 2ª versão, define-se **acto de fala**, que consiste na “produção de um enunciado num determinado contexto de interacção comunicativa, através do qual o emissor realiza ou intenta realizar uma acção (...).”⁶⁹ Definem-se e distinguem-se os **actos de fala directos** e os **actos de fala indirectos**. Em seguida, apresentam-se os conceitos de **acto locutório**, **acto ilocutório** e **acto perlocutório**.

No interior da definição de **acto ilocutório**, que é definido como um “acto que consiste em realizar, ou pretender realizar, determinado objectivo ...”⁷⁰; explicita-se a teoria dos **actos ilocutórios** de John Searle e definem-se os cinco tipos de **acto ilocutório**, segundo o mesmo autor.

Consideramos que a versão revista apresenta, como já verificámos, definições mais curtas e mais claras. Importa ainda salientar que nesta versão há uma maior articulação e menos atomismo das definições, ou seja, selecciona-se o essencial das definições e explicitam-se relações entre conceitos que, conceptualmente, estão interligados. Deste modo, as definições tornam-se, mais curtas, e, ao mesmo tempo, mais completas.

No âmbito dos PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA, algumas alterações devem ser referidas. A primeira tem a ver com o facto, já mencionado no capítulo anterior, de a 2ª versão apresentar mais um princípio: o da **pertinência ou relevância**. Daí advém que na definição do **princípio de cooperação**, na qual ambas as versões referem as **máximas conversacionais**, na 1ª versão, a **máxima da relevância** passa a ser, na 2ª versão, a **máxima de relação**. Outra diferença é que a 1ª versão refere apenas estas máximas enquanto a 2ª versão as refere e as define. Por isso, na definição de **máximas conversacionais**, na 2ª versão, remete-se para o conceito de **cooperação** e, na 1ª versão, são definidas no conceito de **máximas conversacionais**.

Deste modo, consideramos que, na 2ª versão, há uma maior articulação dos conceitos, designadamente a definição das **máximas conversacionais** e a sua inserção no **princípio de cooperação**.

Cremos que as alterações introduzidas na 2ª versão têm como principal objectivo resumir a informação ao essencial e evitar repetições. Na própria definição de

⁶⁹ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁷⁰ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

cooperação (princípio de), isso se verifica. De facto, na 1ª versão, afirma-se que “conhecer os princípios de boa-formação conversacional é possuir uma competência conversacional capaz de levar o falante à condução eficaz e eficiente de uma interacção discursiva. Descurar as máximas conversacionais é pôr em risco a eficácia do acto comunicativo.”⁷¹ Na 2ª versão, afirma-se que “ (...) o princípio da cooperação baseia-se nas seguintes máximas que os interlocutores devem observar (...) de acordo com os seus objectivos e de modo a assegurar a eficácia dos seus procedimentos (...) ”⁷² e, em seguida, definem-se as **máximas conversacionais**.

Outro exemplo de redução da extensão da definição, na 2ª versão, é o **princípio de cortesia**: “princípio pragmático fortemente regulador da interacção discursiva entre os interlocutores. Este princípio, correlacionado com o contexto situacional e o contexto sociocultural dos interlocutores, concretiza-se nas estratégias discursivas adoptadas pelos mesmos a fim de evitar ou reduzir os conflitos, as ofensas ou as ameaças entre qualquer dos intervenientes na interacção comunicativa verbal, devendo para tal observar-se máximas como não interromper o interlocutor, não manifestar falta de atenção, evitar o silêncio ostensivo, não proferir insultos, injúrias ou acusações gratuitas, etc. Outros procedimentos retórico-estilísticos contribuem para levar à prática o princípio de cortesia: os actos de fala indirectos, o eufemismo, a lítotes, a preterição, a perífrase, etc.”⁷³

Na 1ª versão, descrevem-se os actos que ameaçam a face, nas suas componentes de face positiva e face negativa dos actantes. Na verdade, consideramos que a definição da 1ª versão é mais completa e coerente, na medida em que se descrevem os actos que ameaçam a face, divididos em quatro categorias: “(1) a autocrítica, a confissão, a justificação constituem uma ameaça à face positiva do locutor; (2) as ofertas e as promessas, uma ameaça à face negativa do locutor; (3) os insultos, as injúrias, a censura, a desaprovação, as acusações e interrupções, uma ameaça à face positiva do alocutário; (4) todos os directivos (ordens, pedidos, instruções), uma ameaça à face negativa do alocutário”, bem como a referência às “estratégias de mitigação das ameaças à face de cada um, (...) como, por exemplo, o uso de actos de fala *indirectos*

⁷¹ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁷² Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁷³ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

que contribuem muitas vezes para diminuir a ameaça que as ordens, os pedidos, as perguntas representam para a face negativa do alocutários.”⁷⁴

Todavia, no âmbito das estratégias discursivas, a 1ª versão menciona apenas os actos de fala indirectos e a 2ª versão acrescenta “ (...) o eufemismo, a lítotes, a preterição, a perífrase, etc.”⁷⁵, devido ao facto de se ter acrescentado conceitos da área da RETÓRICA.

Assim, a definição da 1ª versão, apesar de mais extensa, ao incluir o conceito de face (positiva e negativa), que é excluída na 2ª versão, bem como os actos que ameaçam as faces positivas e negativas quer do locutor quer do alocutário, apresenta, de uma forma mais consistente, o princípio de cortesia.

Nas definições de **discurso directo**, **discurso indirecto** e **discurso indirecto livre**, poder-se-á dizer, uma vez mais, que as da 2ª versão são mais curtas e mais claras.

De facto, a 2ª versão exclui alguma informação que consta da 1ª versão. No conceito de **discurso directo**, ambas as versões o definem como “modalidade de reprodução ou de citação do discurso de um emissor no discurso do mesmo ou de outro emissor (...)”⁷⁶, em ambas se afirma que, no discurso directo, as formas deícticas se mantêm inalteradas, apesar de as identificarem de modo diferente: a 1ª versão indica as formas deícticas: *eu - tu; aqui; agora*; Presente; Pretérito Perfeito; Futuro; a 2ª versão faz referência aos indicadores de pessoa, de tempo e de lugar. Das duas constam os “operadores situacionais”, no discurso directo escrito e na realização oral. No entanto, e é aqui que reside a grande diferença em termos da extensão, ambas mencionam que o discurso directo, porque envolve sempre uma transferência de contexto, não é uma reprodução perfeitamente literal. Mas a 1ª versão desenvolve bastante este aspecto, explicando “ (...) este efeito de literalidade e correspondente dramatização ou presentificação do discurso relatado ...”⁷⁷, que, na nossa opinião, é dispensável.

No que diz respeito ao conceito de **discurso indirecto**, a extensão da definição da 2ª versão é claramente inferior à da 1ª. Neste caso, na 2ª versão, optou-se por remeter para as notas o facto de o emissor⁷⁸ relator dispor “de uma considerável margem de liberdade na reformulação interpretativa dos enunciados relatados, (...) sendo por isso

⁷⁴ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁷⁵ Disponível em <http://dt.dgidc.min-edu.pt/>.

⁷⁶ Na 1ª versão, “Modalidade de reprodução do discurso de um locutor no discurso do mesmo ou de outro locutor”.

⁷⁷ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁷⁸ Na 1ª versão, usa-se sempre o termo de “locutor”.

impossível recuperar, a partir do discurso indirecto, a forma exacta do discurso original”⁷⁹. Além disso, na 1ª versão, não há uma separação nítida entre a definição e os exemplos, que, neste caso, vão sendo introduzidos, à medida que se vai explicando o conceito. Na 2ª versão, apresenta-se a definição, seguidamente o(s) exemplo(s) e depois as notas. Consideramos, assim, a definição da 2ª versão mais sucinta e mais organizada.

Relativamente ao **discurso indirecto livre**, as definições são exactamente as mesmas. Contudo, verifica-se o que acabou de ser referido no parágrafo anterior, ou seja, uma parte da definição na 1ª versão passa, na 2ª versão, a fazer parte das notas. Consideramos que se trata de informação adicional, não sendo portanto essencial à definição do conceito.

Passamos, agora, aos PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS que incluem os conceitos comuns às duas versões de **pressuposição** e de **implicaturas conversacionais**.

Em relação ao conceito de **pressuposição**, a 2ª versão retoma, na íntegra, a definição da 1ª, mantendo até os exemplos e integrando-os no interior da definição.

No que diz respeito ao conceito de **implicaturas conversacionais**, a única alteração é somente a 2ª versão acrescentar que o termo foi introduzido por H. P. Grice.

Analizamos, em seguida o item TEXTO e todos os conceitos nele integrados, que se retomam na 2ª versão.

Começamos pelo conceito de **coesão**. Na 2ª versão, como já foi referido no capítulo I, apresenta-se apenas o conceito de **coesão textual**. Esta definição, com pequenas alterações (como, por exemplo, em vez de “continuidade semântica”, utiliza-se “continuidade de sentido”), retoma a definição de **coesão** da 1ª versão. Em ambas as versões, encontramos, nessa definição, a referência à **coesão lexical** e à **coesão interfrásica** e ainda à ordenação correlativa dos tempos verbais, que apenas na 1ª versão, constitui um mecanismo de **coesão temporo-aspectual**. Todavia, a 1ª versão torna-se redundante, na medida em que volta a definir estes três tipos de mecanismos de coesão, em entradas lexicais separadas. Deste modo, consegue-se uma maior articulação na definição da 2ª versão.

Tratemos, agora, a definição de **tipologia textual**, na 2ª versão, que vem substituir o conceito de **protótipo textual**. Contrariamente ao que foi inferido através de

⁷⁹ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

alguns exemplos atrás apresentados, a definição da 2ª versão é bem mais extensa que a da 1ª, na medida em que apresenta e define os **tipos e géneros de textos**.

A 1ª versão define os **protótipos textuais** como “modelos mentais, construídos por abstracção a partir de características textuais gerais. Correspondem ao que vulgarmente se designa como “tipos de texto.”⁸⁰ Esta versão refere os seguintes protótipos textuais: narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo-explicativo, injuntivo-instrucional e dialogal-conversacional, mas não os define, uma vez que estes são depois definidos isoladamente. Finalmente, menciona o facto de a classificação tipológica dever ser equacionada ao nível da sequência textual, em virtude de um texto apresentar sequências de diferentes tipos.

A 2ª versão classifica e define os textos em tipos e géneros. Efectivamente, a definição inclui:

- os três géneros de discurso, segundo a retórica clássica (*deliberativo* ou *político*; *judicial* ou *forense*, e *epidíctico* ou *demonstrativo*);
- os géneros literários tradicionais (*lírico*, *épico* ou *narrativo* e *dramático*) e um quarto género, acrescentado na época contemporânea (*didáctico-ensaístico*);
- os tipos de texto⁸¹ (*conversacionais*, *narrativos*, *descritivos*, *expositivos*, *argumentativos*, *instrucionais* ou *directivos*, *preditivos* e *literários*).

Referem-se ainda os **protótipos textuais**, de acordo com Jean-Michel Adam, que “defende que um texto é uma entidade demasiado complexa e heterogénea para se poder afirmar que pertence prototipicamente, na sua totalidade, a um tipo, devendo antes a análise tipológica processar-se a um nível menos elevado, através da identificação, delimitação e caracterização das sequências textuais prototipicamente narrativas, descritivas, argumentativas, etc., que permitem classificar, quando dominantes, um texto como narrativo, descritivo, argumentativo, etc.”⁸²

Em primeiro lugar, convém referir que há diferentes tipos de classificações textuais, segundo os critérios ou as dimensões dos textos que cada uma delas pretende abordar. Nesse sentido, interessa distinguir os conceitos de tipo de texto, tipo de discurso e o de género discursivo. Assim sendo, na classificação de um texto, é desejável articular estas três dimensões, que embora conceptualmente diversas, tornam-

⁸⁰ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁸¹ “Um princípio fundamental subjacente a estas classificações tipológicas é o de que “um género é o que liga um texto a um discurso”, ou seja, a afirmação de que um texto, sempre singular, está ligado pelo género a uma família de textos.”

⁸² Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

-se complementares, uma vez que permitem caracterizar detalhadamente um mesmo texto.

Petitjean (1989) distingue seis tipos de texto: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e instrutivo e dialogal-conversacional.

Nesse sentido, na classificação da 2ª versão, estranhámos encontrar entre os tipos de texto os literários, uma vez que corresponde a um tipo de discurso e não a um tipo de texto. Segundo Maingueneau e Cossutta, “sont constituants essentiellement les discours religieux, scientifique, philosophique, littéraire, juridique (...) ces discours (...) sont les garants des multiples genres de discours” (1995: 113).

Todavia, consideramos a definição da 2ª versão mais completa, na medida em que aborda os géneros de discurso, os tipos de texto, com a referência aos protótipos textuais e os géneros literários tradicionais. A nosso ver, podia incluir a definição dos géneros discursivos.

Da 1ª versão consta o conceito de **sequencialidade**, definido como o termo que “designa uma das propriedades dos produtos linguísticos textuais, que se refere ao facto de os textos serem estruturas sequenciais ...”. Mais à frente, afirma-se que “...cada sequência (...) funciona como uma unidade relativamente autónoma, dotada de uma organização interna própria.”⁸³. Parece-nos mais clara e completa a opção da 2ª versão pelo conceito de **sequência textual**, sendo retomada a definição de sequência que acabámos de transcrever, acrescentando-se, contudo, que a **sequência textual** é “ (...) dotada de uma organização interna própria, tanto de ordem semântica como formal, hierarquicamente situada entre o nível inferior dos períodos e o nível superior e englobante do texto.”⁸⁴ De facto, Jean-Michel Adam sublinha o facto da **sequência textual** ser “une entité relativement autonome, dotée d’une organisation interne qui lui est propre et donc en relation de dépendence/indépendance avec l’ensemble plus vaste dont elle fait partie” (1992: 28).

Analisemos, finalmente as alterações introduzidas nas definições dos conceitos do item C.1.3, FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS.

A primeira diferença a assinalar é o facto de a 2ª versão introduzir o conceito de **tropo**, distinguindo-o de **figura**.

Na definição de **figura**, distinguem-se as figuras retóricas de dicção (a aliteração, a anáfora, o hipérbato), das figuras retóricas de pensamento (a apóstrofe, a

⁸³ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁸⁴ Disponível em <http://dt.dgidc.min-edu.pt/>.

antítese, a hipérbole). Por outro lado, na definição de **tropo**, afirma-se que corresponde a uma figura de significação e que se distingue quer da figura retórica de dicção, quer da figura retórica de pensamento, “ (...) porque resulta da organização dos seus elementos linguísticos através de uma relação *in absentia*, *in verbis singulis*, isto é, através de uma selecção operada no eixo paradigmático da língua, enquanto as outras figuras retóricas resultam de uma combinação *in verbis coniunctis*, no eixo sintagmático da língua.”⁸⁵

Por isso, na 2ª versão, as definições dos conceitos de **anáfora**, **antítese**, **hipérbole**, **ironia**, **metáfora**, **metonímia** e **sinédoque** são feitas em função da sua categorização em **figura** retórica de dicção, **figura** retórica de pensamento ou **tropo**. Assim, a **anáfora** consiste numa **figura** retórica; a **antítese**, a **hipérbole** e a **ironia** correspondem a **figuras** retóricas de pensamento; a **metáfora**, a **metonímia** e a **sinédoque** são definidas como **tropos**. Na 1ª versão, todos os conceitos atrás citados correspondem a figuras.

Convém salientar que concordamos com os principais objectivos da revisão da TLEBS no que às definições diz respeito – redução da extensão a uniformização do formato – uma vez que entendemos que a TLEBS, não sendo uma gramática, mas sim um dicionário terminológico, deve apresentar definições sucintas e claras.

3.4. CONCLUSÕES

Neste capítulo, comparámos uma amostra de definições de conceitos comuns às duas versões, que consideramos exemplificativos das alterações que ocorreram em relação a outros conceitos. Por outro lado, procurámos analisar definições de conceitos relevantes nos Ensinos Básico e Secundário ou estruturantes de uma dada área.

Propusemo-nos fazer referência às alterações que foram introduzidas nas definições da 2ª versão, de acordo com os seguintes critérios:

1. Clareza das definições;
2. Extensão das definições;
3. Formato das definições.

Quanto ao primeiro aspecto, concluímos que as alterações introduzidas nas definições dos conceitos da 2ª versão, de uma maneira geral, tornaram-nas mais claras.

⁸⁵ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

De facto, a 1ª versão caracterizava-se por alguma deriva terminológica, havendo na 2ª versão a opção de, sempre que possível, utilizar os mesmos termos, em cada uma das definições e de uma definição para outra. Por exemplo, verifica-se a alteração dos seguintes termos: de “lexema”, “vocábulo” e “unidade lexical”, na 1ª versão, para “palavra”, na 2ª, assim como de “recursos lexicais” e “morfemas” para “constituintes morfológicos”.

Por outro lado, as definições da 2ª versão foram simplificadas, seleccionando-se a informação considerada indispensável à definição dos conceitos. De um modo geral, as definições da 2ª versão são mais curtas.

Todavia, na 2ª versão, há alguns conceitos cujas definições são mais extensas que as da 1ª versão, como por exemplo o conceito de **tempo**, na área da SEMÂNTICA ou o conceito de **tipologia textual**, na área da LINGÜÍSTICA TEXTUAL. Nestes casos, é de salientar o estabelecimento de correlações entre diferentes aspectos de um mesmo conceito, tornando a definição mais coerente e completa. No conceito de **tempo**, apresentam-se as noções de **simultaneidade**, **anterioridade** e **posterioridade**. No que concerne à definição do conceito de **tipologia textual**, são articulados os **tipos e géneros de textos** com os **protótipos textuais**.

De facto, na 2ª versão, optou-se por apresentar e definir determinadas noções na definição do conceito geral. Por outro lado, a 1ª versão torna-se redundante ao definir estes conceitos em dois momentos: apresenta e define estes conceitos separadamente e, depois, na definição do conceito estruturante dentro de uma determinada área.

Outro aspecto a destacar é a uniformização do formato das definições, bem como a reescrita das definições de acordo com os itens onde os conceitos estão incluídos. Exemplos disso são os itens B5.2., SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS e B.5.3., PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS. Inseridas no primeiro, são apresentadas as relações semânticas de **hiperonímia**, **hiponímia**, **holonímia**, **meronímia**, **sinonímia** e **antonímia** e, no segundo, os conceitos de **extensão semântica**, **empréstimo** e **amálgama** são descritos enquanto *Processos*.

Em suma, pelo atrás exposto, concluímos que, de uma maneira geral, as definições da 2ª versão, para além de mais uniformes, quanto ao formato, são também mais claras e mais curtas, o que contribui para o melhoramento do documento enquanto dicionário terminológico.

CAPÍTULO IV

EXEMPLIFICAÇÃO DOS CONCEITOS NAS DUAS VERSÕES DA TLEBS

No capítulo anterior, comparámos as duas versões da TLEBS, ao nível das definições dos conceitos.

Em ambas as versões, as definições são, às vezes, seguidas de exemplos e, em alguns casos, de notas explicativas.

No presente capítulo, propomo-nos analisar as alterações que foram introduzidas na 2ª versão, nos exemplos e nas notas explicativas, de acordo com os seguintes critérios:

- número de exemplos;
- clareza dos exemplos;
- inclusão ou exclusão das notas explicativas.

Seleccionámos os exemplos de conceitos que na nossa opinião podem ser exemplificativos das alterações que ocorreram em relação a outros. Propomo-nos também analisar exemplos de conceitos que consideramos relevantes nos Ensinos Básico e Secundário ou estruturantes de uma dada área e que, por essa razão, foram objecto de reformulação, nomeadamente no que respeita o número de exemplos apresentado.

Pretendemos, assim, responder a uma das questões que norteiam esta investigação:

- a 2ª versão da TLEBS apresenta uma exemplificação mais abundante dos conceitos?

Começaremos por fazê-lo na área da LEXICOLOGIA (4.1.), na SEMÂNTICA (4.2.) e, em seguida, no domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL (4.3.).

4.1. LEXICOLOGIA

A definição do conceito de **conotação** apresenta na 1ª versão o exemplo seguinte:

“vermelho- valor denotativo: cor;

vermelho – valor conotativo: evoca um partido político, um clube de futebol ou ainda a noção de perigo.”⁸⁶

Já a 2ª versão serve-se do mesmo exemplo, mas este é reformulado e contextualizado: “na frase, “a minha camisa é vermelha”, a palavra “vermelha” tem valor denotativo; na frase, “ele é um sindicalista vermelho”, a palavra “vermelho” tem valor conotativo evocando uma filiação partidária ou desportista.”⁸⁷

Ainda no interior desta definição refira-se que ambas as versões informam, no final, que “conotação define-se por oposição a denotação”, mas apenas na 2ª versão esta afirmação constitui uma nota explicativa.

Na definição do conceito de **polissemia**, na 1ª versão, o exemplo é o seguinte: “verbo partir: no sentido de dividir e no sentido de quebrar.”⁸⁸ A 2ª versão esclarece que “o verbo “partir” pode significar “ir-se embora” ou “quebrar”, sendo, portanto, uma palavra polissémica.”⁸⁹

No que concerne à definição do conceito de **hiperonímia**, o exemplo apresentado na 1ª versão é o seguinte: “o termo meio de transporte impõe as suas propriedades semânticas aos seus hipónimos: autocarro, avião, comboio, metro, barco, etc.”, acrescentando-se uma nota explicativa: “um hiperónimo pode substituir, em todos os contextos, qualquer um dos seus hipónimos; o contrário não é possível.”⁹⁰

⁸⁶ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁸⁷ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁸⁸ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁸⁹ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁹⁰ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

O exemplo da 2ª versão é mais curto: “a palavra “animal” é um hiperónimo de “peixe”. A palavra “peixe” é um hiperónimo de “sardinha”. No entanto, a nota explicativa ajuda a esclarecer o conceito, distinguindo as relações de **hiperonímia/hiponímia** das de **holonímia/meronímia**, com exemplos que ajudam a definir estes conceitos de uma forma mais clara: “As relações de hiperonímia/hiponímia distinguem-se das de holonímia/meronímia na medida em que naquelas há uma transferência de propriedades semânticas que não se verificam nestas. Por exemplo, “sardinha” é hipónimo de “peixe”, porque também é “peixe”. Já a palavra “escama” não pode ser encarada como um hipónimo de “peixe”, uma vez que, apesar de ser uma parte do peixe (merónimo), não é um subtipo de peixe.”⁹¹

Na definição dos conceitos de **campo lexical** e de **campo semântico**, na 1ª versão, são apresentados os exemplos seguintes, respectivamente: “as cores do arco-íris formam um campo lexical” e “campo semântico em torno do conceito de morte: dar o badagaio; bater a bota; partir; ir de esta para melhor; falecer; apagar-se; etc.”⁹²

Na 2ª versão, não foi retomado nenhum destes exemplos e optou-se por exemplificar estes conceitos da seguinte forma: “o conjunto de palavras “jogador”, “árbitro”, “bola”, “baliza”, “equipa”, “estádio” faz parte do campo lexical de “futebol”; “campo semântico de “peça”: “peça de automóvel”, “peça de teatro”, “peça de bronze”, “és uma boa peça”, “uma peça de carne”, etc.”⁹³

Consideramos os exemplos da 2ª versão mais elucidativos e mais adequados aos docentes e aos alunos do que os que são apresentados na 1ª versão. De facto, na 2ª versão, os exemplos são contextualizados, o que facilita a compreensão e torna a definição do conceito mais rica e mais bem estruturada.

4.2. SEMÂNTICA

Na 2ª versão, na definição do conceito de **tempo**, verifica-se, à semelhança da própria definição que, como já foi referido, é mais desenvolvida e completa nesta versão, um acréscimo do número de exemplos, bem como um cuidado especial na explicitação das dimensões que os exemplos pretendem ilustrar.

⁹¹ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

⁹² Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁹³ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

De facto, enquanto a 1ª versão apresenta seis exemplos, a 2ª apresenta dez. Por outro lado, os casos exemplificados são mais abrangentes na 2ª versão.

A 1ª versão exemplifica os casos seguintes:⁹⁴

- O tempo enquanto categoria deíctica:

“ (1) A Maria está em casa.”

“ (2) A Maria esteve em casa ontem.”

“ (3) A Maria vai estar em casa esta tarde.”

- A existência de um ponto de referência que localiza o tempo de um enunciado:

“ (4) A Maria estava em casa antes das duas horas.”

- os enunciados habituais:

“ (5) A Maria está em casa aos Domingos.”

- Os enunciados genéricos:

“ (6) Devagar se vai ao longe.”

A 2ª versão é mais completa, uma vez que os exemplos apresentados ilustram os casos seguintes:⁹⁵

- “(i) Localização temporal (oposição presente/passado) expressa através da morfologia verbal:

A Maria está em casa.

A Maria esteve em casa.”

- “(ii) Localização temporal (oposição presente/futuro) expressa através de verbo auxiliar:

A Maria está em casa.

A Maria vai estar em casa.”

⁹⁴ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁹⁵ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

- “(iii) Localização temporal (oposição presente/futuro) expressa através de grupos preposicionais e adverbiais:

A Maria está em casa. [agora/neste momento].

A Maria está em casa. [amanhã à tarde/na próxima sexta].”

- “(iv) Localização temporal expressa através de oração temporal:

A Maria nasceu [quando os alemães entraram em Paris].

A Maria nasceu [antes de os alemães entrarem em Paris].”

- “(v) Localização temporal (ordenação entre situações) expressa através da ordenação de orações:

O Pedro chamou-me e olhei.

Eu olhei e o Pedro chamou-me.”

- “(vi) Localização temporal expressa deicticamente:

Amanhã não há aula. (a referência de "amanhã" só é identificável se se conhecer o momento em que o enunciado é produzido).

A Maria está em casa.”

- “(vii) Localização temporal expressa anaforicamente:

Em 2004, deu-se uma revolução. Mas não foi apenas isso o que aconteceu nesse ano. (a referência de "nesse ano" é determinada pela ocorrência da expressão "em 2004").”

- “(viii) Relação de simultaneidade (parcial ou total) entre duas situações ou face ao momento em que o enunciado é produzido:

Tu entraste na sala quando eu estava a falar. A Maria está em casa agora.”

- “(ix) Relação de anterioridade entre uma situação e outra:

Eu discurssei antes de o Pedro chegar ao jantar.

- Relação de anterioridade face ao tempo em que o enunciado é produzido:

A Maria esteve em casa.

Em 1974, dá-se uma revolução em Portugal.”

- “(x) Relação de posterioridade entre uma situação e outra:

Vou sair depois de te ires embora.

- Relação de posterioridade face ao tempo em que o enunciado é produzido:

A Ana casa-se na próxima semana.

Amanhã, não vai chover.”

Como se pode verificar, a 2ª versão ilustra, de forma bem estruturada, os casos da 1ª versão e acrescenta as relações de ordem cronológica de **simultaneidade**, **anterioridade** e **posterioridade**, bem como as diferentes formas através das quais a categoria tempo pode ser expressa (flexão verbal de verbos auxiliares, de grupos adverbiais ou preposicionais, de orações temporais, da ordem relativa entre orações coordenadas copulativas).

Na definição do conceito de **aspecto**⁹⁶, na 2ª versão, são apresentados exemplos relativos às seguintes noções:

- **Aspecto perfectivo** ((1) “A Maria já leu o livro”);

- **Aspecto imperfectivo** ((2) “A Maria estava a ler o livro, quando a vi”);

- **Aspecto habitual** ((3) “Quando era nova, a Maria lia muitos livros”).

Explica-se ainda que no primeiro exemplo, “sabe-se que a leitura do livro está acabada”, no segundo caso, “não é dada informação sobre a culminação da leitura do livro” e no terceiro, “a situação descrita corresponde a um hábito”.

Na 1ª versão, em primeiro lugar, define-se o conceito de **aspecto** e apresentam-se exemplos (muito semelhantes aos da 2ª versão):

“ (1) A Maria está a ler o livro.”

“ (2) A Maria já leu o livro”.

“ (3) A Maria vai ler o livro esta tarde”.

“ (4) A Maria estava a ler o livro, quando a vi”.

“ (5) Lido o livro, a Maria saiu / pode sair”.

Em seguida, refere-se que em (1), “ ... a situação é construída como estando em desenvolvimento, isto é, numa das suas fases; em (2) e (3) a situação é construída como um todo completo isto é, a leitura do livro (...) Em (4), a situação é perspectivada como

⁹⁶ Disponível em <http://dt.dgidc.min-edu.pt/>.

estando em desenvolvimento a partir de um ponto de referência (...) que é expresso pela locução adverbial temporal *quando a vi*. No exemplo (5), a situação é construída como um todo completo a partir de um ponto de referência que lhe é exterior.”⁹⁷

Define-se também o conceito de **valores aspectuais** e, novamente, apresentam-se exemplos:

- (1) A Maria está a ler um livro.
- (2) A Maria está a dormir.
- (3) A Maria leu um livro.
- (4) A Maria vai ler um livro.

Explica-se que “a mesma situação pode ser perspectivada como estando em curso (ou desenvolvimento) (ex.1 e 2), ou como um todo completo (ex.3 e 4).”⁹⁸

São ainda definidos, separadamente, e exemplificados os conceitos seguintes:

- aspecto perfectivo:

- (1) A Maria leu o livro. implica O livro está lido.
- (2) A Maria vai ler o livro esta tarde. implica O livro vai estar lido esta tarde.
- (3) A Maria desmaiou. implica A Maria está desmaiada.
- (4) A Maria leu o livro em duas horas. implica o livro está lido

- aspecto imperfectivo:

- (1) A Maria está a ler o livro.
- (2) A Maria leu durante duas horas.
- (3) Esta tarde, a Maria vai nadar até ao pôr do Sol.
- (4) A Maria estava a ler um livro quando a vi.
- (5) A Maria vai estudar com o João.
- (6) A Maria leu em 15 dias.

- aspecto habitual:

- (1) O João joga futebol aos domingos.
- (2) Os irmãos do João costumam almoçar na escola.
- (3) O João almoçava na escola quando estava no ciclo.
- (4) O pai do João costumava fumar um charuto depois do jantar.

⁹⁷ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

⁹⁸ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

Considera-se a informação que os exemplos ilustram mais precisa e adequada, na 2ª versão. Efectivamente, no conceito de aspecto, articulam-se e exemplificam-se os conceitos de **aspecto perfectivo**, **imperfectivo** e **habitual**. Por outro lado, na 1ª versão, apresentam-se os mesmos exemplos para ilustrar os mesmos aspectos, mas de uma forma mais dispersa e mais imprecisa. “A Maria já leu o livro” é o exemplo apresentado para o conceito de **aspecto perfectivo**. O mesmo exemplo consta ainda do conceito de **aspecto** e do conceito de **valores aspectuais**, sendo a ilustração de uma “situação como um todo completo”.

A nosso ver, seria mais adequado definir e exemplificar esse conceito no interior da definição de **aspecto**, como se verifica na 2ª versão. Deste modo, evita-se a repetição, bem como alguma dispersão da informação.

Nas definições de **aspecto lexical** e de **aspecto gramatical**, na 1ª versão, não são apresentados exemplos, ao contrário da 2ª versão, que o faz, em ambas, para definir e ilustrar determinados conceitos com eles relacionados.

Assim, no conceito de **aspecto lexical**⁹⁹, distinguem-se, através de exemplos, os conceitos seguintes:

- **Situações estativas** ((1) “O João sabe francês”);
- **Eventos** ((2) “O João abriu a porta”);
- **Eventos durativos** ((4) “O João escreveu um livro”);
- **Eventos não durativos** ((3) “O João espirrou”).

Do mesmo modo, na definição de **aspecto gramatical**¹⁰⁰, são distinguidos, através de exemplos os termos seguintes:

- **Situação culminada** – valor perfectivo – ((1) “Já li o livro”);
- **Situação não culminada** – valor imperfectivo – ((2) “Estou a ler o livro”);
- **Situação habitual** ((3) “Habitualmente, eu fumo no fim das refeições”);
- **Situação genérica** ((4) “As crianças que se deitam cedo lêem mais”);
- **Situação iterativa** ((5) “A Ana tem tossido nos últimos dias”).

Deste modo, os exemplos e as notas explicativas apresentados complementam a informação dada nas definições e ajudam a distinguir os casos particulares dos conceitos.

⁹⁹ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹⁰⁰ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

4.3. ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

Nestas áreas, verifica-se, em primeiro lugar, que na 2ª versão, há menos definições com exemplos do que na 1ª versão. De facto, no subdomínio C.1.1., COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS, são apresentados exemplos apenas para os conceitos de **conectores discursivos**, **discurso directo livre**, **discurso indirecto**, **discurso indirecto livre** e **implicação**.

Por outro lado, na 1ª versão, são apresentados exemplos para os seguintes conceitos: **enunciado**, **deixis**, **acto perlocutório**, **acto ilocutório**, **acto ilocutório assertivo**, **acto ilocutório directivo**, **acto ilocutório compromissivo**, **acto ilocutório expressivo**, **acto ilocutório declarativo**, **acto ilocutório indirecto**, **máximas conversacionais**, **registo formal / informal**, **discurso indirecto**, **pressuposição** e **implicatura conversacional**.

Verifica-se, assim, que, neste subdomínio, o único conceito que tem exemplos em ambas as versões é o de **discurso indirecto**. No entanto, o exemplo da 1ª versão não foi retomado e optou-se por inserir um exemplo de um autor literário, Camilo Castelo Branco.

Na 1ª versão, apresenta-se o seguinte exemplo:

"Ela disse que tinha ido ao médico, que estava bem e que viria trabalhar brevemente."¹⁰¹

Acrescenta-se uma explicação: "Este enunciado pode constituir um relato de:

-Recuperei forças muito rapidamente com estes medicamentos e com esta alimentação. Até já estou a preparar umas aulas."

-Só te digo que não tive outro remédio e ir ao médico. Agora já estou bastante melhor. Livra! Nada que se compare. Ele há coisas do diabo... Agora é pôr-me a trabalhar e pronto. Não se pensa mais nisso.

-Estou pronta para outra, pá! Aquele médico tinha umas mãozinhas de fada! Não tarda nada, já vos vou chatear a cabeça..."¹⁰²

Na 2ª versão, escolheu-se um excerto de Camilo Castelo Branco: "Quando a prelada lhe disse que podia deitar-se, querendo, perguntou-lhe a menina se poderia escrever a seu pai. A freira respondeu que no dia seguinte o faria, posto que o senhor

¹⁰¹ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

¹⁰² Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

Albuquerque ordenasse que a sua filha não escrevesse: assim mesmo, ajuntou ela, que lho não proibiria, se tivesse tinteiro e papel na cela”.¹⁰³

Acrescenta-se ao exemplo uma nota explicativa: “O emissor relator dispõe de uma considerável margem de liberdade na reformulação interpretativa dos enunciados relatados, podendo afirmar-se que, em muitos casos, o discurso indirecto se constitui como uma paráfrase do discurso original, sendo por isso impossível recuperar, a partir do discurso indirecto, a forma exacta do discurso original.”¹⁰⁴

A explicação da 2ª versão parece-nos mais clara, na medida em que refere a margem de liberdade do emissor na interpretação que faz do enunciado. Por outro lado, a 1ª versão, em vez de referir este aspecto, para explicar o exemplo, apresenta três possíveis interpretações do enunciado. Acresce ainda que é utilizada linguagem pouco adequada, tendo em conta que se trata de um documento importante no domínio do Português. Referimo-nos a expressões como “”livra” ou “já vos vou chatear a cabeça”.

No subdomínio C.1.2., TEXTO, verifica-se novamente que a 2ª versão da TLEBS apresenta menos conceitos com exemplos se compararmos com a 1ª versão. Efectivamente, nesta área, a 1ª versão ilustra com exemplos os conceitos seguintes: **coesão, coesão lexical, coesão interfrásica, anáfora, protótipo textual narrativo, protótipo textual descritivo, protótipo textual argumentativo, protótipo textual expositivo-explicativo, protótipo textual injuntivo-instrucional e protótipo textual dialogal-conversacional.**

A 2ª versão exemplifica apenas os conceitos de **coerência textual** e de **isotopia**, neste último caso, através de um excerto de um poema de Manuel Alegre: “Na velha casa passou um rio / passou a cheia, o tempo um arrepio. / Quem eu chamo já não vem. / Tanto quarto vazio/ tanta sala sem ninguém. / E frio”.¹⁰⁵

Relativamente às definições dos conceitos integrados no item FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS, os exemplos da 1ª versão não são retomados, sendo substituídos por outros, de autores como Camões, Alexandre Herculano, Alexandre O’Neill, etc.

Analisemos o conceito de **anáfora**. O exemplo da 1ª versão é o seguinte: “O João faz 18 anos no dia 2 de Julho de 2001. No dia seguinte, parte para uma grande viagem pela Europa.” Explica-se ainda que “Neste exemplo, o valor referencial da expressão sublinhada constrói-se a partir da interpretação do antecedente, a expressão

¹⁰³ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹⁰⁴ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹⁰⁵ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

adverbial temporal *no dia 2 de Julho de 2001*. Assim, *no dia seguinte* designa o dia 3 de Julho de 2001.”¹⁰⁶

Na 2ª versão, foi seleccionado um poema de Alexandre Herculano: “Sabeis o que é esse despertar de poeta? / É o ter entrado na existência com um coração que transborda de amor sincero e puro (...). / É o ter dado às palavras – virtude, amor pátrio e glória – uma significação profunda (...). / É o perceber à custa de amarguras que o existir é padecer, o pensar descrer, o experimentar desenganar-se (...)”.¹⁰⁷

Vejamos, agora, os exemplos apresentados nas duas versões para o conceito de **metáfora**.

São os seguintes na 1ª versão:

- 1) “O homem é o lobo do homem”;
- 2) “O sal é o mar servido à mesa nas suas praias domésticas de linho”;
- 3) “O rapaz despiu-se do medo e entrou”.¹⁰⁸

Os da 2ª versão são exemplos de autores literários, os quais são identificados e os seus exemplos ilustram os diferentes tipos de metáforas, conferindo uma maior organização ao documento:

Metáforas nominais: “A vida / é o bago de uva / macerado / nos lagares do mundo” (Carlos de oliveira).

- 1) Metáforas verbais: “Que fruta rude aveludou a minha noite?” (Vitorino Nemésio).
- 2) Metáforas adjectivais: “Hão-de nos dar enfim uma sangrenta rosa” (David Mourão-Ferreira).¹⁰⁹

Em relação ao conceito de **antítese**, também não são retomados os exemplos da 1ª versão, que são os seguintes¹¹⁰:

1) “Cristo fez-se filho do homem para nos fazer filhos de Deus; foi ferido para curar as nossas feridas; fez-se escravo para nos tornar livres; morreu para que nós pudéssemos viver.”

- 2) “Em vez de ser premiada, fui castigada.”

Na 2ª versão, os exemplos são extraídos da poesia camoniana:

¹⁰⁶ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

¹⁰⁷ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹⁰⁸ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

¹⁰⁹ Disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.

¹¹⁰ Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

"O tempo o claro dia torna escuro, / e o mais ledor prazer em choro triste; / o tempo a tempestade em grã bonança."¹¹¹

Verificámos, assim, que nas FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS, os exemplos da 1ª versão não foram retomados e foram seleccionados preferencialmente frases ou versos de autores literários.

4.4. CONCLUSÕES

Neste capítulo, propusemo-nos analisar as alterações que foram introduzidas na 2ª versão, nos exemplos e nas notas explicativas, de acordo com os seguintes critérios:

1. Número de exemplos;
2. Clareza dos exemplos;
3. Inclusão ou exclusão das notas explicativas.

Na área da SEMÂNTICA, quanto ao primeiro critério, verificámos que o número de exemplos nas duas versões é quase sempre o mesmo.

No entanto, na 2ª versão, verifica-se um acréscimo de exemplos em duas situações: por um lado, quando se considera o conceito estruturante de uma dada área e, por outro lado, como já foi referido nos capítulos anteriores, quando se optou por apresentar e definir determinados conceitos na definição do conceito geral, estabelecendo correlações entre diferentes aspectos de um mesmo conceito.

Por exemplo, no conceito de **tempo**, na definição da 2ª versão são apresentadas dez frases em vez das seis da 1ª versão, para explicitar as várias dimensões do conceito, nomeadamente as relações de **anterioridade**, de **simultaneidade** e de **posterioridade**.

De facto, consideramos que, na 2ª versão, os exemplos ajudam a distinguir os casos particulares dos conceitos. Nas definições de **aspecto lexical** e de **aspecto gramatical**, na 1ª versão, não são apresentados exemplos, ao contrário da 2ª versão, que o faz, em ambas, para definir os conceitos seguintes: **situações estativas**, **eventos**, **eventos durativos**, **eventos não durativos**.

Do mesmo modo, na definição de **aspecto gramatical**, são distinguidos, através de exemplos os conceitos seguintes: **situação culminada** – valor perfectivo; **situação**

¹¹¹ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

não culminada – valor imperfectivo; **situação habitual**; **situação genérica**; **situação iterativa**.

Em relação ao segundo e ao terceiro critérios (clareza dos exemplos e inclusão ou exclusão das notas explicativas), verifica-se que na 2ª versão se recorre, em alguns casos, às notas explicativas, pouco contempladas na 1ª versão, para clarificar as dimensões que os exemplos ilustram. Por exemplo, as notas explicativas ajudam a esclarecer e distinguir as relações de **hiperonímia/hiponímia** das de **holonímia/meronímia**.¹¹²

Ainda no âmbito deste critério de clareza, a 2ª versão retoma alguns exemplos da 1ª versão, reformulando-os de modo a inseri-los em situações de comunicação, tornando os exemplos mais claros.

No domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, na 2ª versão, por um lado, há menos definições com exemplos do que na 1ª versão e, por outro lado, os exemplos da 1ª versão não são retomados.

Na 2ª versão, neste domínio, foram seleccionados exclusivamente excertos ou versos de autores literários.

Por exemplo, nos conceitos integrados no item FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS, os exemplos são todos de autores literários como Camões, Alexandre Herculano, Alexandre O'Neill, entre muitos outros.

Finalmente, no que diz respeito ao terceiro critério relativo à inclusão ou exclusão das notas explicativas, verifica-se que à semelhança dos exemplos, há poucas neste domínio, na 2ª versão, e são praticamente inexistentes na 1ª versão.

De um modo geral, na 2ª versão, define-se o conceito, apresentam-se os exemplos e seguem-se, em alguns casos, as notas explicativas. Na 1ª versão, incluem-se as notas explicativas no interior das definições, daí que, também por isso sejam mais extensas e, em alguns casos, seguem-se os exemplos. Nesse sentido, consideramos a 2ª versão com uma estrutura mais organizada e mais clara.

¹¹² “As relações de hiperonímia/hiponímia distinguem-se das de holonímia/meronímia na medida em que naquelas há uma transferência de propriedades semânticas que não se verificam nestas. Por exemplo, "sardinha" é hipónimo de "peixe", porque também é "peixe". Já a palavra "escama" não pode ser encarada como um hipónimo de "peixe", uma vez que, apesar de ser uma parte do peixe (merónimo), não é um subtipo de peixe.”

CAPÍTULO V

AS DUAS VERSÕES DA TLEBS EM ARTICULAÇÃO COM OS PROGRAMAS DE PORTUGUÊS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

No presente capítulo propomo-nos comparar as duas versões da TLEBS, de modo a verificar até que ponto a 2ª versão da TLEBS selecciona os conceitos (inclui uns e exclui outros) de acordo com os Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário.

Na verdade, no documento intitulado *Relatório da Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*¹¹³, pode ler-se que “ (...) em reunião com os responsáveis pela didactização, acordou-se que a TLEBS incluísse os termos cuja explicitação em contexto de ensino estivesse prevista nos documentos orientadores e os estritamente necessários para assegurar a coerência interna da TLEBS, bem como o rigor descritivo no ensino da gramática.” No mesmo documento, afirma-se que na 2ª versão procedeu-se a uma redução significativa dos conceitos utilizados, atendendo a certos princípios, dos quais destacamos o seguinte:

- “Eliminação de termos cuja explicitação pode não ser relevante nos ensinos básico e secundário ou que não constam dos programas.”

Por outro lado, no documento denominado *Relatório - Terminologia Linguística: revisão e consulta pública*¹¹⁴, refere-se que, na consulta pública realizada de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2007 a Centros de Investigação, a Associações, à Academia de Ciências de Lisboa e a especialistas em Linguística, considerou-se que a

¹¹³ *Relatório da revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (2007). Lisboa: Ministério da Educação – DGIDC. Disponível em http://www.netprof.pt/pdf/revisao_TLEBS_2007.pdf. Setembro de 2007.

¹¹⁴ *Relatório - Terminologia Linguística: revisão e consulta pública* (2007). Ministério da Educação – DGIDC. Disponível em http://sitio.dgipc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/revisao_TLEBS.doc, Setembro de 2007.

revisão da TLEBS resultou no melhoramento do documento. Dos aspectos valorizados, sublinhamos os seguintes:

“ - Relação entre o conhecimento da língua e o conhecimento estilístico, estético e dialéctico do texto literário, pela recuperação da Retórica (Academia das Ciências de Lisboa).

- Redução positiva do número de termos....”.

Pelo acima exposto, tratava-se de proceder à revisão da 1ª versão com dois objectivos bem definidos: por um lado, reduzir o número de conceitos, eliminando os termos cuja explicitação não fosse relevante nos Ensinos Básico e Secundário e, por outro lado, incluir os domínios da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA.

Efectivamente, segundo João Andrade Peres (2007b), “a versão revista introduz alterações substanciais, quantitativas (redução de 40% dos anteriores termos) e de conteúdo. Neste plano, avultam a quase supressão da semântica combinatória, (...) a dilatação da retórica e adições no domínio da análise do discurso.”

Propomo-nos, então, articular, por um lado, a redução dos conceitos e, por outro lado, a dilatação de conceitos da 2ª versão, que verificámos no capítulo II, com os Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário.

Começaremos por fazer uma breve apresentação dos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário (5.1.) e, em seguida, estabeleceremos a referida articulação nas áreas da LEXICOLOGIA (em 5.2), da SEMÂNTICA (5.3.) e da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL (5.4.).

Deste modo, tentaremos responder a duas perguntas que norteiam o nosso trabalho:

- a 2ª versão da TLEBS selecciona os conceitos (inclui uns e exclui outros) em função da relevância que lhes é conferida nos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário?

- a 2ª versão da TLEBS é mais adequada aos Programas de Português ao incluir os domínios da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA?

5.1. BREVE APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PORTUGUÊS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

O principal objectivo dos programas é fornecer orientações para os docentes, enquanto agentes fundamentais do processo de aprendizagem dos alunos. De facto, são os professores que adaptam os conteúdos ao contexto da sala de aula e que procedem à ligação entre o que é proposto nos programas e a realidade concreta das turmas e dos alunos.

Iniciaremos a nossa reflexão sobre os Programas de Português de 1991, uma vez que estes constituíram o ponto de referência para os Novos Programas de Português do Ensino Básico e apresentaremos alguns documentos sobre os quais incidiremos a nossa análise.

Segundo os autores dos Novos Programas de Português do Ensino Básico, a revisão dos Programas de Português tornou-se fundamental, uma vez que estes já vigoravam desde 1991: “datando de há quase duas décadas chegou o momento de aqueles programas serem substituídos por outros (...) susceptíveis de incorporarem não apenas resultados de análises sobre práticas pedagógicas, mas também os avanços metodológicos que a didáctica da língua tem conhecido, bem como a reflexão entretanto produzida em matéria de organização curricular”.¹¹⁵

A revisão dos Programas de Língua Portuguesa para o Ensino Básico surge integrada num conjunto de medidas desenvolvidas pela DGIDC para qualificar o ensino do Português, das quais destacamos as seguintes:

- Conferência Internacional sobre o Ensino do Português (Maio de 2007);
- Estudos preliminares (*Dificuldades dos alunos em Língua Portuguesa, Posição dos docentes relativamente ao ensino da Língua Portuguesa e Visão diacrónica dos programas de Língua Portuguesa/Português, de 1921 a 2001*);
- Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (2007);
- Seminário sobre a revisão dos Programas de Português do Ensino Básico (Dezembro de 2007).

Em relação à Conferência Internacional sobre o Ensino do Português, uma das conclusões retiradas foi que “estudos recentes têm acentuado a importância da reintrodução da gramática na aprendizagem da língua”.

¹¹⁵ In Novo Programa de Português do Ensino Básico, p.3.

Em 1997, surgiu o documento *A Língua Materna na Educação Básica. Competências Nucleares e Níveis de Desempenho* (LMEB), que propõe a organização da disciplina de Português em função de cinco domínios: compreensão oral, expressão oral, leitura, expressão escrita e conhecimento explícito. Os programas de 1991 apresentavam apenas três domínios (ouvir/falar, ler, escrever).

Em 2001 foi publicado, pelo Ministério da Educação, o *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais* (CNEB), que apresenta o conjunto de competências consideradas essenciais para o Ensino Básico nas várias áreas disciplinares e, naturalmente, as “competências gerais” e as “competências específicas” estabelecidas para o ensino do Português.

É de acordo com estes documentos orientadores que os Novos Programas vão seleccionar os conceitos operatórios para o ensino do Português.

5.2. LEXICOLOGIA

No capítulo II, analisámos as diferenças das duas versões da TLEBS, a nível dos conceitos contemplados, salientando os que foram excluídos e os que foram acrescentados, nas áreas da LEXICOLOGIA e da SEMÂNTICA.

Começamos esta análise pela definição de LEXICOLOGIA, apresentada na 2ª versão da TLEBS: “disciplina da Linguística que estuda o conjunto de palavras possíveis e de recursos disponíveis numa língua para a formação de palavras, bem como a forma como estas se relacionam.”¹¹⁶

De acordo com esta definição, foi retomado da 1ª versão o conceito de **léxico**, mas excluíram-se os conceitos de **léxico geral** e **léxico de especialidade**.

De facto, o conceito que se torna relevante para os Programas de Português é o conceito de **léxico**: “conjunto de todas as palavras ou constituintes morfológicos portadores de significado possíveis numa língua, independentemente da sua actualização em registos específicos.”¹¹⁷

Foram também excluídos da 2ª versão os conceitos de **unidade lexical**, **lexema**, **morfema gramatical**, **morfema lexical**, **expressão lexicalizada**, **signo linguístico**, **traço semântico**.

¹¹⁶ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹¹⁷ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

Considera-se que conceitos como **palavra**, **morfema**, **lexema**, **unidade lexical** são conceitos do domínio da MORFOLOGIA, que, segundo Luísa Azuaga, “é uma disciplina linguística que tem a palavra por objecto, e que estuda, por um lado, o modo como essa estrutura reflecte a relação com outras palavras, que parecem estar associadas a ela de maneira especial.”¹¹⁸.

Daí que, na 2ª versão, o conceito de **palavra**, bem como o conceito de **morfema**, integrado no conceito de **constituente morfológico** (“a um constituinte morfológico mínimo chama-se morfema”¹¹⁹) ou o de **unidade lexical**, referido no conceito de **conversão** (“processo de formação de palavras (...) que procede à integração de uma dada unidade lexical numa nova classe de palavras, sem que se verifique qualquer alteração formal”¹²⁰) tenham sido movidos para a área da MORFOLOGIA.

Do mesmo modo, manteve-se o conceito de **vocabulário** (“conjunto exaustivo das palavras que ocorrem num determinado contexto de uso”¹²¹) e excluiu-se o conceito de **vocabulo**, que é definido na 1ª versão como uma “unidade linguística que compõe o *vocabulário* de um texto, apresentando-se como a actualização discursiva de uma *unidade lexical*”¹²².

No documento *A Língua Materna na Educação Básica, Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*, são apresentados para o 1º ciclo, para o 2º ciclo e para o 3º ciclo, respectivamente, os seguintes níveis de desempenho:

- Estabelecer relações semânticas de semelhança e de oposição entre palavras (i.e., palavras sinónimas e antónimas).
- Estabelecer relações semânticas de semelhança de hierarquia e de todo-parte entre palavras.
- Tomar consciência das propriedades de polissemia e de ambiguidade e reconhecer alguns usos figurativos da linguagem.

De acordo com os níveis de desempenho acima descritos, nomeadamente para o 2º e 3º ciclos, consideramos pertinente a adição dos conceitos de **expressão idiomática**, **arcaísmo** e **família de palavras**, na medida em que, de acordo com a definição apresentada na 2ª versão, “o léxico de uma língua inclui não apenas o conjunto de

¹¹⁸ In Introdução à Linguística Geral e Portuguesa.

¹¹⁹ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²⁰ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²¹ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²² Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/primavera/>.

palavras efectivamente atestada num determinado contexto, (...) mas também as que já não são usadas, as neológicas e todas as que os processos de construção de palavras da língua permitem criar”¹²³. Acresce ainda que estes conceitos são contemplados nos Programas de Português.

No que concerne ao item SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS, consideramos que a explicitação dos conceitos de **antonímia contraditória**, **antonímia contrária** e **antonímia conversa** não constam dos programas e que, de acordo com os níveis de desempenho acima descritos, não são relevantes no Ensino Básico. Por isso, foi retomado o conceito de **antonímia**, que é contemplado nos Programas, tendo sido excluídos os casos particulares de **antonímia contraditória**, **antonímia contrária** e **antonímia conversa**.

No âmbito dos PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS, foram mantidos os conceitos da 1ª versão e foi acrescentado o processo de **truncação**, que “ (...) consiste na criação de uma palavra a partir do apagamento de parte da palavra de que deriva.”¹²⁴ Nesse sentido, sendo um dos processos de formação de palavras e de inovação lexical, é pertinente que conste deste documento.

5.3. SEMÂNTICA

Abordamos agora a área da SEMÂNTICA que é definida na 2ª versão como a “disciplina da linguística que se ocupa do estudo da componente do significado de enunciados que é exclusivamente dependente do conhecimento lexical e gramatical.”¹²⁵

Nesta área, foram excluídos conceitos pouco relevantes para os Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário, mantendo-se, contudo, os conceitos estruturantes da área da SEMÂNTICA.

Foram mantidos os conceitos de **referência** e de **predicação**, que consideramos conceitos nucleares desta área. De acordo, com a 2ª versão da TLEBS, **referência** consiste na “relação que une uma expressão linguística a uma entidade ou a uma localização temporal ou espacial reconhecíveis num determinado contexto

¹²³ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²⁴ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²⁵ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

discursivo”¹²⁶ e **predicação** consiste na “atribuição de uma propriedade a uma entidade ou estabelecimento de uma relação entre entidades.”¹²⁷

Concordamos com o facto de não terem sido retomados os conceitos de **predicador** (“ (...) expressão linguística que designa uma propriedade de entidades ou uma relação entre entidades”¹²⁸); de **expressões referenciais** (“às expressões nominais que ocupam lugares de *argumento* numa *proposição*”¹²⁹), **expressões nominais** e de **argumento** (“ (...) entidades que verificam uma determinada propriedade ou entre as quais se estabelece uma relação”¹³⁰), por não constarem dos Programas de Português.

Por outro lado, na 2ª versão optou-se por introduzir conceitos mais abrangentes, tais como os de **especificidade** e de **genericidade**, em cujas definições se faz referência, respectivamente, aos casos particulares de **valor específico das expressões definidas**, **valor específico das expressões indefinidas**, **valor não específico das expressões definidas** e de **valor genérico das expressões definidas**, **valor genérico das expressões indefinidas**.

Como já referimos anteriormente no nosso trabalho, a 2ª versão, ao incluir no mesmo conceito a definição de aspectos particulares do mesmo, reduz o número de conceitos, um dos principais objectivos da revisão, bem como apresenta definições mais completas e mais articuladas.

Nesse sentido, a 2ª versão retoma o conceito de **aspecto gramatical**. Na definição deste último, faz-se referência aos nomes **contáveis** e **não contáveis**, que constituem entradas lexicais no subdomínio das CLASSES DE PALAVRAS.

Foram também excluídos os conceitos seguintes: **valor dos adjectivos**, **valor restritivo dos adjectivos**, **valor não restritivo dos adjectivos**, **valor das orações relativas**, **valor restritivo das orações relativas**, **valor explicativo das orações relativas**, **valores referenciais** e **ponto de referência**, por não constituírem conceitos operatórios no domínio do ensino do Português.

¹²⁶ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²⁷ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²⁸ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹²⁹ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

¹³⁰ Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

5.4. ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL

Como já referimos nos capítulos anteriores, estas áreas foram objecto de revisão com a finalidade de incluir conceitos importantes para o ensino do Português, no âmbito da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA.

De facto, “entendeu-se que seria oportuno e pertinente rever (...) os conteúdos da área das ciências da linguagem que tem como objecto de estudo o discurso e o texto – área que se consolidou (...) nas últimas quatro décadas e que se configurou como um novo paradigma em relação à Linguística Descritiva.”¹³¹

Na 2ª versão da TLEBS, define-se que “a Pragmática analisa (...) o funcionamento significativo e comunicativo da linguagem no seu uso real em discursos e textos e a intencionalidade comunicativa de quem nestes fala ou escreve.”¹³²

No âmbito da COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO DISCURSIVAS, a 2ª versão da TLEBS acrescenta vinte e um conceitos: **emissor, destinatário, receptor, enunciador, universo de discurso, interdiscurso/interdiscursividade, monólogo, diálogo, polifonia, informação, enciclopédia, acto de fala directo, acto de fala indirecto, competência discursiva, estratégia discursiva, marcadores discursivos, conectores discursivos, princípio de pertinência, citação, discurso directo livre e implicação.**

Analisemos, então, os Programas de Português para os Ensinos Básico e Secundário.

No que respeita ao Ensino Básico, no documento *A Língua Materna na Educação Básica: competências nucleares e níveis de desempenho* (1997), são definidos os seguintes níveis de desempenho, para os três ciclos da Educação Básica:

1º Ciclo

- Reconhecer os objectivos comunicativos do interlocutor através de chaves linguísticas e paralinguísticas;
- Utilizar as formas de tratamento adequadas ao contexto escolar;
- Formular pedidos, dar ordens e informações, tendo em conta a situação e o interlocutor.

¹³¹ In “Seminário Programas de Português do Ensino Básico – Revisão”, disponível em http://sitio.dgidec.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/Seminario_PPEB/Sinopse_seminario.pdf.

¹³² Disponível em <http://dt.dgidec.min-edu.pt/>.

2º Ciclo

- Sintonizar com o interlocutor a partir do vocabulário e da estrutura frásica que este utiliza;
- Utilizar formas de tratamento e fórmulas de delicadeza adequadas a contextos sociais diversificados;
- Formular perguntas com clareza, de forma adequada à situação e ao interlocutor e com pertinência relativamente ao assunto.

3º Ciclo

- Identificar a intenção comunicativa do interlocutor;
- Adequar o discurso ao objectivo comunicativo e a diferentes auditórios.

De acordo com os objectivos definidos nos Programas de Português para o Ensino Secundário, “saber ouvir e compreender e saber expressar as suas opiniões, receios, vontades e sentimentos é vital para assegurar uma boa participação na sociedade em que estamos inseridos. Importa, pois, educar para a compreensão mútua entre interlocutores, condição primordial do agir comum. Neste sentido, reveste-se de particular importância promover a produção de textos orais e escritos adequados aos contextos comunicativos em que eles se realizam, tendo em consideração todos os elementos intervenientes, designadamente os referentes a espaços, interlocutores, tipos de textos, realizações linguísticas e estratégias de comunicação.”¹³³

Constituem, assim, processos de operacionalização das competências os seguintes:

- Reflectir sobre o uso das formas de tratamento;
- Reconhecer a adequação do discurso à situação comunicativa;
- Determinar a intencionalidade comunicativa;
- Avaliar os efeitos do discurso sobre o interlocutor;
- Produzir enunciados adequados à situação comunicativa (adequação ao interlocutor, à intencionalidade comunicativa, ao contexto);
- Utilizar formas de tratamento adequadas;

¹³³Disponível em <http://www.educacao.te.pt/images/programas/pdf/programa118.pdf>

- Utilizar diferentes registos de língua consoante a situação;
- Observar as máximas conversacionais (quantidade, qualidade, relação, modo);
- Reconhecer actos de fala directos e indirectos;
- Avaliar a relação do enunciador com o enunciado (objectividade/subjectividade, apreciação/depreciação, certeza/probabilidade, veracidade/verosimilhança).

É de sublinhar a importância dos conceitos acrescentados para a prática lectiva do ensino do Português, quer na oralidade, “dado que qualquer prática pedagógica assenta no oral, cabe ao professor desencadear, através de estratégias variadas, a tomada de consciência pelos alunos de modos de agir pela fala adequados às situações de comunicação”¹³⁴, quer na escrita, nomeadamente no texto argumentativo.

De facto, as noções introduzidas são relevantes no âmbito da *comunicação*, uma vez que a exploração destes aspectos pode ajudar os alunos a adequar o seu discurso à efectiva situação de comunicação em que se encontram, bem como à intenção discursiva que os move. É o caso, por exemplo dos conceitos de **competência discursiva, estratégia discursiva, marcadores discursivos e conectores discursivos**.

Na 2ª versão da TLEBS, no domínio da PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL C.1.2., TEXTO) foram acrescentados vinte e quatro conceitos: **texto/textualidade, co-texto, macroestruturas, microestruturas textuais, isotopia, tema/rema, progressão temática, paráfrase, sentido, digressão, plurissignificação, intertexto/intertextualidade, hipertexto, metatexto, autor, leitor, plano do texto, pacto de leitura, fragmento, estilo, ritmo, exórdio, epílogo e epígrafe**.

Atentemos nas competências específicas definidas para a disciplina de Português no Ensino Básico¹³⁵.

1º Ciclo

- Capacidade para produzir textos escritos com diferentes objectivos comunicativos;
- Conhecimento de técnicas básicas de organização textual.

¹³⁴ *Programa de Língua Portuguesa para o Ensino Básico – 2.º Ciclo – Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*. Volume II. DGEBS, 1991.

¹³⁵ *Curriculum Nacional para o Ensino Básico. Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação, 2001.

2º Ciclo

- Capacidade para produzir textos escritos adequados ao objectivo, à situação e ao destinatário;
- Conhecimento das técnicas fundamentais da escrita compositiva.

3ª Ciclo

- Capacidade para usar multifuncionalmente a escrita, com a consciência das escolhas decorrentes da função, forma e destinatário;
- Conhecimento dos géneros textuais e das técnicas de correcção e aperfeiçoamento dos produtos do processo de escrita.

Ensino Secundário¹³⁶

- Produzir diferentes tipos de texto;
- Distinguir diferentes tipos de texto;
- Determinar a estrutura do texto;
- Reconhecer os meios linguísticos utilizados nas diferentes partes do texto (fórmulas de abertura, encadeamento e fecho);
- Reconhecer os meios linguísticos utilizados na construção da coesão textual (referentes e conectores);
- Identificar os conectores predominantes em cada tipo de texto (narrativo, descritivo, argumentativo ...).

Parece-nos relevante e pertinente a introdução dos conceitos acrescentados, neste domínio, na 2ª versão da TLEBS, uma vez que um dos objectivos dos Novos Programas de Português do Ensino Básico e Secundário consiste em proporcionar aos alunos “ (...) a aquisição contextualizada de regras, normas e procedimentos respeitantes à estrutura, à organização e à coerência textuais.”¹³⁷ Assim sendo, consideramos que conceitos como **co-texto**, **macroestruturas**, **microestruturas textuais**, **isotopia**, **tema/rema**, **progressão** temática, por um lado, estão consignados nos Programas de Português e, por outro lado, são fundamentais na compreensão e

¹³⁶ Disponível em <http://www.educacao.te.pt/images/programas/pdf/programa118.pdf>

¹³⁷ Programas de Português do Ensino Básico (2009), Lisboa, p. 23.

aquisição de noções, que permitam o aperfeiçoamento dos produtos do processo de escrita.

Finalmente, foram acrescentados trinta e quatro conceitos na área da RETÓRICA (C.1.3.1., FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS C.1.3.2., OPERAÇÕES RETÓRICAS e C.1.3.3., RETÓRICA ARGUMENTATIVA): **tropo, acumulação, alegoria, aliteração, alusão, amplificação, anacoluto, antonomásia, apóstrofe, comparação, enumeração, eufemismo, gradação, hipálage, hipérbato, imagem, lítotes, oximoro, paradoxo, perífrase, personificação, pleonismo, preterição, prosopopeia, quiasmo, sarcasmo, símbolo e sinestesia, invenção, disposição, elocução, memorização, acção e argumentação.**

Consideramos que estes conceitos são relevantes para os Programas de Português, quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, no âmbito do discurso, tanto oral como escrito, e na compreensão do texto literário, que ocupa nos Novos Programas um lugar primordial: “nos últimos anos, foram bem audíveis as vozes que reclamaram uma presença efectiva dos textos literários no ensino da língua, valorizados na sua condição de testemunhos de um legado estético (...).”¹³⁸

É ainda de salientar que a inclusão destes conceitos foi feita de acordo com os Programas, na medida em que o 3º Ciclo define como um dos objectivos o “conhecimento das chaves linguísticas e textuais que permitem desfazer ambiguidades, deduzir sentidos e reconhecer usos figurativos”, assim como no Ensino Secundário se pretende que os alunos sejam capazes de “avaliar o sentido figurado” e “reconhecer ambiguidades, ironias, falácias...”.

Foram excluídos apenas oito conceitos: **universo de referência, meio (oral e escrito), acto ilocutório declarativo assertivo, face, coerência lógico-conceptual, coerência pragmático-funcional e nota de rodapé.** Consideramos que no âmbito do **princípio de cortesia**, devia ter sido mantido o conceito de **face**, importante na interacção discursiva. Cremos também que o conceito de **rodapé** devia ter sido retomado, a par de conceitos como **título** ou **epígrafe** ou então mencionado no conceito de **paratexto**. O conceito de acto **ilocutório assertivo declarativo** podia também ser referido na definição de **acto ilocutório**.

¹³⁸ In *Programas de Português do Ensino Básico*, p. 5.

Segundo João Peres (2007c), uma vez que a TLEBS se destina essencialmente aos Professores de Português, “não tem de ser minimalista, mas antes apresentar termos e conteúdos que seja razoável prever que possam ser tratados, independentemente dos programas. É uma evidência que todo o professor tem de saber sempre mais do que aquilo que os programas estipulam e que tem de estar tão bem preparado quanto possível para dar resposta a questões que lhe possam surgir no decurso da sua actividade, particularmente as que são previsíveis.” Nesse sentido, é positivo o facto de terem sido totalmente excluídos da 2ª versão poucos conceitos da TLEBS. Seria mais grave, na nossa opinião, o programa ter conceitos que não constavam da TLEBS. Sendo assim, achamos que, neste aspecto, a revisão da TLEBS contribuiu para o enriquecimento do documento, enquanto dicionário terminológico.

5.5. CONCLUSÕES

O estudo que efectuámos neste capítulo permite-nos afirmar que, de acordo com os objectivos definidos na disciplina de Português para os Ensinos Básico e Secundário, foram acrescentados conceitos relevantes, quer na área da SEMÂNTICA, quer nos domínios da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

No subdomínio da LEXICOLOGIA, de acordo com os níveis de desempenho do 2º e 3º ciclos e do Ensino Secundário, consideramos pertinente a adição dos conceitos de **expressão idiomática, arcaísmo e família de palavras**, uma vez que estes conceitos são contemplados nos Programas de Português. Quanto aos conceitos excluídos, alguns foram movidos de subdomínio, como, por exemplo, os conceitos de **morfema gramatical e morfema lexical** e outros, como **léxico geral, léxico de especialidade, unidade lexical**, consideramos que não constituem conceitos operatórios pertinentes no ensino da nossa língua.

No subdomínio da SEMÂNTICA, foram excluídos essencialmente os conceitos associados ao termo **valor** (**valor dos adjectivos, valor restritivo dos adjectivos, valor não restritivo dos adjectivos, valor das orações relativas, valor restritivo das orações relativas, valor explicativo das orações relativas, valores referenciais**), que consideramos pouco relevantes, de acordo com os Programas de Português.

Nas áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, concluímos que houve um aumento muito significativo de conceitos. De facto, era importante rever a TLEBS, em particular nestes domínios, de modo a poder incluir conceitos recentes, resultantes da investigação das últimas quatro décadas nas ciências da linguagem.

Por outro lado, foram acrescentados conceitos relevantes para a operacionalização de competências definidas nos Programas dos Ensinos Básico e Secundário.

Assim, conceitos como **emissor, destinatário, receptor, enunciador, universo de discurso, interdiscurso/interdiscursividade, monólogo, diálogo, polifonia, acto de fala directo, acto de fala indirecto, competência discursiva, estratégia discursiva, marcadores discursivos, conectores discursivos e princípio de pertinência**, são fundamentais para os professores e alunos de Português na produção de textos orais e escritos adequados aos contextos comunicativos, tendo em consideração todos os elementos intervenientes, designadamente os referentes a espaços, interlocutores, tipos de textos, realizações linguísticas e estratégias de comunicação. Do mesmo modo, conceitos como, por exemplo, **texto/textualidade, co-texto, macroestruturas, microestruturas textuais, isotopia, tema/rema, progressão temática, paráfrase** são cruciais no aperfeiçoamento do processo de escrita.

Era igualmente importante acrescentar conceitos no subdomínio da RETÓRICA, designadamente as figuras de estilo, presentes nos Programas de Português, quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário. Constituem, de facto, conceitos importantes no âmbito do discurso, quer oral quer escrito, assim como na análise do texto literário.

CONCLUSÕES FINAIS

Ao longo da investigação que efectuámos, comparámos as duas versões da TLEBS, nas áreas da SEMÂNTICA e da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, nos aspectos seguintes:

- domínios, subdomínios e itens (capítulo I)
- conceitos contemplados (capítulo II)
- definições (capítulo III)
- exemplificação e notas (capítulo IV)
- conceitos seleccionados em articulação com os Programas de Português (capítulo V).

Através da pesquisa que desenvolvemos, procurámos responder a algumas questões.

1. No âmbito do capítulo I, as perguntas a que nos propusemos dar resposta foram as seguintes:

- a 2ª versão da TLEBS apresenta uma organização dos domínios e dos subdomínios mais coerente e mais articulada?
- a 2ª versão da TLEBS, na área da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL é mais completa ao incluir os domínios da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA?

Relativamente aos domínios, subdomínios e itens das duas versões, consideramos que a 2ª versão da TLEBS apresenta uma estrutura interna mais coerente e mais articulada, que resulta essencialmente da redução de itens, da escolha de itens mais abrangentes, do estabelecimento de relações entre os itens e os conceitos neles incluídos.

A 2ª versão melhorou significativamente com a mudança das áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL do Domínio B

LINGUÍSTICA DESCRITIVA para o DOMÍNIO C e da adição das áreas da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA.

Procuraremos, em seguida, apresentar resumidamente as principais alterações que enunciámos, com alguns exemplos das áreas em estudo.

1. Ao nível dos domínios:

- Exclusão da PRAGMÁTICA E DA LINGUÍSTICA TEXTUAL do DOMÍNIO B, LINGUÍSTICA DESCRITIVA, para passar a constituir um domínio autónomo: o DOMÍNIO C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

2. Ao nível dos subdomínios:

- Acréscimo de duas áreas no domínio C: a ANÁLISE DO DISCURSO e a RETÓRICA.

- Alteração de SEMÂNTICA LEXICAL para LEXICOLOGIA.

- Exclusão do item REFERÊNCIA DEÍCTICA do subdomínio da SEMÂNTICA para integrar apenas o DOMÍNIO C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL. Na 1ª versão, o conceito de **deixis** constava igualmente do domínio B.7., PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, pelo que, deste modo, evita-se a repetição do conceito nos dois subdomínios.

3. Ao nível dos itens:

- Reorganização dos conceitos em itens mais abrangentes.

No subdomínio de LEXICOLOGIA, optou-se por três itens, em vez dos cinco da 1ª versão: no item SEMÂNTICA LEXICAL: SIGNIFICAÇÃO E RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE PALAVRAS foram integrados três itens da 1ª versão, SIGNIFICAÇÃO LEXICAL, RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS e ESTRUTURA LEXICAL;

No subdomínio da SEMÂNTICA, não se retomou nenhum dos itens da 1ª versão (REFERÊNCIA E PREDICAÇÃO, VALOR SEMÂNTICO DA ESTRUTURA FRÁSICA, EXPRESSÕES NOMINAIS e EXPRESSÕES PREDICATIVAS e escolheram-se os itens CONTEÚDO PROPOSICIONAL, VALOR TEMPORAL, VALOR ASPECTUAL e VALOR MODAL.

Nas áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL foram apenas retomados três dos nove itens da 1ª versão: PRINCÍPIOS REGULADORES DA INTERACÇÃO DISCURSIVA; PROCESSOS INTERPRETATIVOS INFERENCIAIS e TEXTO. Foi acrescentado o item relativo à RETÓRICA, INSTRUMENTOS E OPERAÇÕES DE RETÓRICA.

- Articulação entre os itens e os conceitos neles incluídos.

No subdomínio de LEXICOLOGIA, verifica-se a alteração de NEOLOGIA, na 1ª versão, para PROCESSOS IRREGULARES DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS, na 2ª versão, uma vez que os conceitos incluídos neste subdomínio são definidos enquanto “processo através do qual uma palavra...” ou “palavra formada através...”.

No subdomínio da SEMÂNTICA, no item VALOR TEMPORAL são abordados os conceitos de **tempo, simultaneidade, anterioridade e posterioridade**; no item VALOR ASPECTUAL apresentam-se os conceitos de **aspecto, aspecto lexical, aspecto gramatical e classes aspectuais**; no item VALOR MODAL introduzem-se os conceitos de **modalidade, modalidade epistémica, valor deôntico**.

- Eliminação de conceitos em itens diferentes, passando a fazer parte apenas de um.

No subdomínio da SEMÂNTICA, os conceitos de **tempo** e de **aspecto** ocorriam duas vezes, inseridos, primeiro, no item VALOR SEMÂNTICO DA ESTRUTURA FRÁSICA e, depois, no item EXPRESSÕES PREDICATIVAS e, na 2ª versão, passam a integrar dois itens distintos: VALOR TEMPORAL e VALOR ASPECTUAL.

2.No capítulo II, fomos guiados pela questão seguinte: a 2ª versão reduz o número de conceitos nas áreas em estudo?

Efectivamente, a 2ª versão reduz o número de conceitos nos subdomínios da LEXICOLOGIA e da SEMÂNTICA. Por outro lado, nas áreas da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL aumenta significativamente o número de conceitos, principalmente devido à adição das áreas da ANÁLISE DO DISCURSO e da RETÓRICA.

A 2ª versão apresenta uma redução de 40% dos conceitos no subdomínio da LEXICOLOGIA.

Foram retomados vinte e três dos quarenta e cinco conceitos da 1ª versão. Treze conceitos foram totalmente excluídos. Seis conceitos foram movidos para outros domínios ou subdomínios. Dois foram referidos no interior da definição do conceito geral. Foram acrescentados apenas quatro.

A 2ª versão apresenta uma redução de 70% no subdomínio da SEMÂNTICA.

A 1ª versão apresenta sessenta e um conceitos enquanto a 2ª versão reduz a lista para dezoito conceitos. Na 2ª versão retomam-se apenas onze conceitos. Foram totalmente excluídos da 2ª versão dezoito conceitos. Foram referidos no interior das definições vinte e cinco conceitos. Seis conceitos foram movidos para outro domínio ou subdomínio. Foram acrescentados apenas sete conceitos.

A 2ª versão apresenta um aumento de 60% no domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

O domínio B7 da 1ª versão, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL, integra setenta e sete conceitos. Na 2ª versão, o domínio C, ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL apresenta cento e vinte e seis conceitos, verificando-se, assim, nestas áreas, um aumento de quarenta e seis conceitos.

A 2ª versão, nestas áreas, retoma quarenta e cinco conceitos da 1ª versão. São integrados nas definições vinte e quatro conceitos. Foram excluídos apenas oito conceitos.

Verificámos que, na maior parte dos casos, os conceitos deixaram de constituir entradas lexicais e passaram a ser incluídos no interior das definições dos conceitos com eles relacionados.

Por exemplo, no subdomínio da SEMÂNTICA, observou-se esta inclusão em vinte e cinco conceitos, dos quais destacamos os conceitos relacionados com o conceito de **tempo** (**anterioridade, simultaneidade, posterioridade**) e os conceitos incluídos na definição de **aspecto gramatical** (**aspecto perfectivo, imperfectivo e habitual**)

Também no domínio C são integrados nas definições vinte e dois conceitos, dos quais salientamos os **tipos de acto ilocutório** e os **tipos de protótipo textual**.

3.No capítulo III, procurámos investigar se a 2ª versão da TLEBS apresenta, nas áreas estudadas, definições mais claras dos conceitos.

Analisámos as definições das duas versões, de acordo com os seguintes critérios: clareza, extensão e formato das definições.

Concluímos que as alterações introduzidas nas definições dos conceitos da 2ª versão, de uma maneira geral, tornaram-nas mais claras.

De facto, a 1ª versão caracterizava-se por alguma deriva terminológica, havendo na 2ª versão a opção de, sempre que possível, utilizar os mesmos termos, em cada uma das definições e de uma definição para outra.

Consideramos também que, de uma maneira geral, as definições da 2ª versão foram simplificadas, seleccionando-se a informação considerada indispensável à definição dos conceitos, o que as torna mais curtas.

Na 2ª versão, optou-se por apresentar e definir determinadas noções na definição do conceito geral. Deste modo, tornam-se mais explícitas as relações que existem entre os conceitos, estabelecendo-se correlações entre diferentes aspectos de um mesmo conceito. A 1ª versão torna-se redundante ao definir estes conceitos em dois momentos: apresenta e define estes conceitos separadamente e, depois, na definição do conceito estruturante dentro de uma determinada área. Nesse sentido, as definições da 2ª versão são mais coerentes e mais completas.

Outro aspecto que destacamos é a uniformização do formato das definições, bem como a reescrita das definições de acordo com os itens onde os conceitos estão incluídos. Deste modo, a 2ª versão apresenta definições mais uniformes e coerentes.

4.No capítulo IV, procurámos saber se a 2ª versão da TLEBS apresenta uma exemplificação mais abundante dos conceitos.

Propusemo-nos analisar as alterações que foram introduzidas na 2ª versão, nos exemplos e nas notas explicativas, de acordo com o número de exemplos, a clareza dos exemplos e a inclusão ou exclusão das notas explicativas.

Concluímos que o número de exemplos não muda significativamente. No entanto, verifica-se um acréscimo de exemplos nos casos em que se definem e exemplificam determinados conceitos na definição do conceito geral.

Por exemplo, no conceito de **tempo**, na definição da 2ª versão são apresentadas dez frases em vez das seis da 1ª versão, para explicitar as várias dimensões do conceito, nomeadamente as relações de **anterioridade**, de **simultaneidade** e de **posterioridade**, assim como na definição de **aspecto gramatical**, são distinguidos, através de exemplos os conceitos de **situação culminada – valor perfectivo; situação não culminada – valor imperfectivo; situação habitual; situação genérica; situação iterativa.**

No âmbito do critério da clareza dos exemplos, a 2ª versão retoma alguns da 1ª versão, reformulando-os de modo a inseri-los em situações de comunicação. Desta forma, contextualizados, os exemplos tornam-se mais claros.

Em relação ao terceiro critério (inclusão ou exclusão das notas explicativas), verifica-se que na 2ª versão se recorre, em alguns casos, às notas explicativas, pouco contempladas na 1ª versão, para clarificar as dimensões que os exemplos ilustram.

Por exemplo, as notas explicativas ajudam a esclarecer e distinguir as relações de **hiperonímia/hiponímia** das de **holonímia/meronímia**.

De um modo geral, na 2ª versão, define-se o conceito, apresentam-se os exemplos e seguem-se, em alguns casos, as notas explicativas. Na 1ª versão, incluem-se as notas explicativas no interior das definições (daí que, também por isso sejam mais extensas) e, em alguns casos, seguem-se os exemplos. Nesse sentido, consideramos que a 2ª versão tem uma estrutura mais organizada e mais clara.

Verificámos também que, na 2ª versão, no domínio C, foram seleccionados exclusivamente excertos ou versos de autores literários.

Por exemplo, nos conceitos integrados no item FIGURAS DE RETÓRICA E TROPOS, os exemplos são todos de autores literários como Camões, Alexandre Herculano, Alexandre O'Neill, entre outros.

5.No capítulo V, procurámos averiguar se a 2ª versão da TLEBS selecciona os conceitos (inclui uns e exclui outros) em função da relevância que lhes é conferida nos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário?

Concluímos que, na verdade, poucos conceitos foram excluídos, uma vez que a maior parte foi incluída nas definições de conceitos co-relacionados.

Por outro lado, foram acrescentados conceitos presentes nos Programas de Português, principalmente nos domínios da ANÁLISE DO DISCURSO, RETÓRICA, PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL.

De facto, nestes subdomínios foram acrescentados conceitos relevantes para a operacionalização de competências definidas nos Programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário.

Efectivamente, foram introduzidos conceitos fulcrais no âmbito das competências discursivas, como por exemplo, **competência discursiva, estratégia discursiva, marcadores discursivos, conectores discursivos**, e na produção textual, tais como, **macroestruturas, microestruturas textuais, isotopia, tema/rema e progressão temática**.

Foram ainda contemplados conceitos no subdomínio da RETÓRICA, designadamente as figuras de estilo, presentes nos Programas de Português, quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário e que constituem conceitos importantes no âmbito do discurso, oral e escrito, assim como na análise do texto literário. Com efeito, o Professor de Português tem a dupla vertente de ensinar a língua e a literatura. Nesse sentido, consideramos que estes conceitos, que dizem respeito à Linguística e à Literatura, o podem auxiliar nessa dupla dimensão.

Em suma, o trabalho que realizámos permite-nos afirmar que a 2ª versão da TLEBS melhorou significativamente relativamente à 1ª, principalmente por introduzir conceitos que são essenciais para o estudo do Português. Quer isto dizer que os conceitos introduzidos podem contribuir para uma melhor compreensão destas noções linguísticas.

Assim, consideramos que a 2ª versão constitui um instrumento de trabalho mais adequado para os Professores de Português.

Acresce ainda que, dada a sua importância enquanto documento estruturante e de referência para os Professores de Português, não se pode nunca considerar como terminado, deve ser antes objecto de reformulações periódicas, em função dos avanços no conhecimento linguístico e até da sua maior ou menor adequação às práticas lectivas, o que será, em breve, possível de atestar, uma vez que a sua implementação está prevista para o ano lectivo de 2011/2012.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2004). *Actas do XIX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, Colibri.
Consultado a 8 de Dezembro de 2010 em http://www.apl.org.pt/conteudos/encontros/pdf/index_xix.pdf.

ADAM, Jean-Michel (1992). *Les Textes: types et prototypes*. Paris: Nathan.

ADAM, Jean-Michel (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.

ADAM, Jean-Michel (2005). *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin.

AUSTIN, John (1975). *How to do things with words* (2nd edition). Cambridge, Harvard: University Press.

BARROS, Clara, & FONSECA, Joaquim (orgs.) (1998). *A Organização e o Funcionamento dos Discursos – Estudos sobre o Português*, Tomo I. Porto: Porto Editora.

BEAUGRANDE, Robert de, & DRESSLER, Wolfgang (1981). *Introduction to text linguistics*. London, New York: Longman.

BESSE, Henri, & PORQUIER, Rémi (1991). *Grammaire et Didactique des Langues*. Paris: Hatier/Didier.

CASTRO, Rui Vieira de, & SOUSA, Maria de Lurdes (coord.) (1998). *Linguística e Educação*. Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Colibri.

COSTA, João (2006). “Terminologia Linguística”. In *Revista Visão* de 16 de Novembro de 2006. Consultado a 8 de Dezembro de 2010 em <http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=414>.

CUNHA, Celso, & CINTRA, Lindley (1984). *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

DAVIS, Steven (ed.) (1991). *Pragmatics. A reader*. New York, London, Oxford: University Press.

DELGADO-MARTINS, Maria Raquel et al. (orgs.) (1991). *Documentos do Encontro sobre Novos Programas de Português*. Lisboa: Colibri.

DELGADO-MARTINS, Maria Raquel et al. (1992). *Para a Didáctica do Português*. Lisboa: Colibri.

DUARTE, Inês (2000). *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

DUARTE, Inês, & FIGUEIREDO, Olívia (2006). *Actas do Encontro sobre Terminologia Linguística – das teorias às práticas*. Porto: FLUP.

DUARTE, Inês (2007). *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

DUCROT, Oswald, & SCHAEFFER, Jean-Marie (1995). *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Éditions du Seuil.

FARIA, Isabel Hub et al. (Org.) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

FIGUEIREDO, Olívia (2004). *Didáctica do Português Língua Materna – Dos Programas de ensino às teorias e das teorias às práticas*. Porto: Asa.

FIGUEIREDO, Olívia, & BIZARRO, Rosa (1994). *Da Palavra ao Texto – Gramática da Língua Portuguesa*. Porto: ASA.

FIGUEIREDO, Olívia, & FIGUEIREDO, Eunice (2003). *Dicionário Prático para o Estudo do Português – Da Língua aos Discursos*. Porto: Asa.

FONSECA, Fernanda Irene (1994). *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.

FONSECA, Fernanda Irene, FIGUEIREDO, Olívia & DUARTE, Inês (orgs.) (2001). *A Linguística na Formação do Professor de Português*. Porto: CLUP.

FONSECA, Joaquim (1989). *Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos*. In separata da Revista *Diacrítica*, n.º 34, pp. 64-77.

GERMAIN, Claude, & SÉGUIN, Hubert (1998). *Le Point sur la Grammaire*. Paris: Clé international.

GRABE, William, & KAPLAN, Robert (1996). *Theory and Practice of Writing*. London e New York: Longman.

GRICE, Paul (1975). “Logic and conversation”. In *Syntax and Semantics*, Vol. 3, *Speech Acts*, pp. 41-58. New York: Academic Press. Consultado em <http://www.mystfx.ca/academic/philosophy/Cook/2008-09/Grice-Logic.pdf> a 1 de Dezembro de 2010.

LIMA, José Pinto de (2006). *O Essencial sobre Língua Portuguesa. Pragmática Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho.

- LEECH, Geoffrey (1983). *Principles of Pragmatics*. London: Longman.
- LIMA, José Pinto de (2006). *Pragmática linguística*. Lisboa: Caminho.
- LOPES, Ana Cristina Macário, & RIO-TORTO, Graça (2007). *Semântica*. Lisboa: Caminho.
- MAINGUENEAU, Dominique, & COSSUTTA, Frédéric (1995). “L’analyse des discours constitutants”. In *Langages*, volume 29, nº. 117, 1995. Pp. 112 – 125. Consultado em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1709?_Prescripts_Search_isPortletOuvrage=false# a 1 de Dezembro de 2010.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MELLO, Cristina et al. (2003). *Didáctica das Línguas e Literaturas em Portugal: contextos de emergência, condições de existência e modos de desenvolvimento*. Coimbra: Pé de Página Editores.
- MOENS, Marc & STEEDMAN, Mark (1988a). “Temporal Ontology and Temporal Reference”. In *Computational Linguistics*, volume 14, nº. 2, Junho 1988. Pp. 15-28. Consultado em <http://acl.ldc.upenn.edu/J/J88/J88-2003.pdf> a 1 de Dezembro de 2010.
- MOENS, Marc & STEEDMAN, Mark (1988b). *Semantics Seminar*. November 17, 2008. Consultado em <http://people.ucsc.edu/~abrsvn/MoensSteedmanHandout.pdf> a 1 de Dezembro de 2010.
- OLIVEIRA, Fátima, & DUARTE, Isabel (orgs.) (2004). *Da Língua e do Discurso*. Campo de Letras: Porto.
- OLIVEIRA, Fátima (2009). “Sobre Semântica Lexical e Semântica Frásica na terminologia para os Ensinos Básico e Secundário”. Artigo em Acta de Conferência Nacional. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Pp. 59-69. Consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5400.pdf> a 5 de Novembro de 2010.
- PERES, João Andrade (2006a). *Elementos para uma crítica científica da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS)*. Consultado em <http://jperes.no.sapo.pt/> a 1 de Novembro de 2010.
- PERES, João Andrade (2006b). *Para um debate aberto sobre o ensino do Português*. Consultado em <http://jperes.no.sapo.pt/> a 1 de Novembro de 2010.
- PERES, João Andrade: (2007a), “Debater o ensino do Português”. In caderno *Actual* do jornal *Expresso* de 5 de Maio de 2007. Consultado em <http://jperes.no.sapo.pt/> a 1 de Novembro de 2010.
- PERES, João Andrade (2007b). “Para uma revisão da TLEBS revista”. In Caderno *Actual* do jornal *Expresso* de 24 de Novembro de 2007. Consultado em <http://jperes.no.sapo.pt/> a 1 de Novembro de 2010.

PERES, João Andrade (2007c). “Outras notas sobre a TLEBS revista”. Consultado em <http://jperes.no.sapo.pt/> a 1 de de 2010.

REIS, Carlos (2007). *Conferência Internacional sobre o Ensino do Português. Recomendações*.

REIS, Carlos (org.) (2008). *Actas. Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário. (2007). Lisboa: Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Consultado em http://sitio.dgdc.minedu.pt/linguaportuguesa/Documents/revisao_TLEBS.doc a 2 de Julho de 2010.

SEARLE, John (1969). *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

SEARLE, John (1979). *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.

“Seminário Programas de Português do Ensino Básico – Revisão”. Lisboa: Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Consultado em http://sitio.dgdc.minedu.pt/linguaportuguesa/Documents/Seminario_PPEB/Sinopse_seminario.pdf a 3 de Setembro de 2010.

SILVEIRA, J. R. C., & FELTES, H. P. M. (1999). *Pragmática e cognição: A textualidade pela relevância*. Porto Alegre: Edipucrs.

SIM-SIM, Inês, DUARTE, Inês & FERRAZ, Maria José (1997). *A Língua Materna na Educação Básica: Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: Ministério da Educação - Dep. de Educação Básica.

VENDLER, Z. (1967). *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press.

VILELA, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre (1995) *Relevance – Communication and Cognition*. Consultado em <http://www.nhoj.info/library/Sperber%20&%20Wilson%20-%20Relevance.pdf> a 1 de Dezembro de 2010.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre (2004). *Relevance Theory*. In Horn, L.R. & Ward, G. (eds.) 2004 *The handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, pp. 607-632. Consultado em <http://people.bu.edu/bfraser/Relevance%20Theory%20Oriented/Sperber%20&%20Wilson%20-%20RT%20Revisited.pdf>, a 1 de Dezembro de 2010.

XAVIER, Maria Francisca, & MATEUS, Maria Helena Mira (orgs.) (1992). *Dicionário de Termos Linguísticos* (vols. I e II). Lisboa: Ed. Cosmos.

Sítios na Internet

<http://www.dgicd.min-edu.pt/TLEBS/GramaTICa/index.html> (GramáTIC^a.pt)

<http://dt.dgicd.min-edu.pt/> (Dicionário Terminológico)

<http://www.prof2000.pt/users/primavera/> (Portaria n.º 1488/2004)

<http://www.min-edu.pt/np3/169> (Portaria n.º 476/2007)

Documentos Oficiais:

Ministério da Educação (1991). *Organização Curricular e Programas – 2.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: DEB.

Ministério da Educação (1991) *Organização Curricular e Programas – 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: DEB.

Ministério da Educação (1991). *Programa de Língua Portuguesa (vol. II) – Ensino Básico – 2.º Ciclo*. Lisboa: DEB.

Ministério da Educação (1991). *Programa de Língua Portuguesa (vol. II) – Ensino Básico - 3.º Ciclo*. Lisboa: DEB.

Ministério da Educação (1997). *A Língua materna na Educação Básica – Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: DEB.

Ministério da Educação (2001; 2002). *Programa de Português – Ensino Secundário*. Lisboa: DES.

Ministério da Educação (2002). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Lisboa: DEB.

Ministério da Educação (2002). *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*. Lisboa: DES.

